

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDIVÂNIA FRANCISCA DE MELO

**MÉSZÁROS: OS LIMITES DA LUTA DEFENSIVA DO
TRABALHO E A NECESSIDADE DA OFENSIVA
SOCIALISTA**

Maceió, junho de 2010.

EDIVÂNIA FRANCISCA DE MELO

**MÉSZÁROS: OS LIMITES DA LUTA DEFENSIVA DO
TRABALHO E A NECESSIDADE DA OFENSIVA
SOCIALISTA**

Dissertação aprovada pela Banca Examinadora da Universidade Federal de Alagoas, como exigência parcial para obtenção de título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Cristina Soares Paniago

Maceió, junho de 2010

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

M528m Melo, Edivânia Francisca de.
 Mészáros : os limites da luta defensiva do trabalho e a necessidade da
 ofensiva socialista / Edivânia Francisca de Melo, 2010.
 98 f.

 Orientadora: Maria Cristina Soares Paniago.
 Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas.
 Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2010.

 Bibliografia: f. 97-98.

 1. Mészáros , István, 1930- . 2. Capitalismo. 3. Socialismo. 4. Trabalho.
 5. Lutas defensivas. I. Título.

CDU: 364.144



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de Edivânia Francisca de Melo, intitulada “**Mészáros: os limites da luta defensiva do trabalho e a necessidade da ofensiva socialista**”, e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 28 de junho de 2010, às 10hs, no Mini-Auditório da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Maria Cristina S. Paniago
Orientadora (PPGSS/ FSSO - UFAL)

Prof^a. Dra. Edlene Pimentel Santos
Examinadora interna (PPGSS/FSSO - UFAL)

Prof^o Dr. Arthur Bispo dos Santos Neto
Examinador externo (ICHCA - UFAL)

DEDICATÓRIA

Aos meus sobrinhos,

Arinele, Luana, Hiago,

Guilherme e Vinícius

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo carinho e ajuda que me dedicaram durante todo o tempo de elaboração deste trabalho. A Ronaldo, pelo amor e paciência, e aos colegas e professores do mestrado, em especial Sergio e Cristina, por terem contribuído para o meu processo de formação. A todos, os meus sinceros agradecimentos.

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Karl Marx, O 18 Brumário, 1997, p. 21).

RESUMO

Este texto realiza uma sistematização das principais teses discutidas por Mészáros, no capítulo XVIII do seu livro *Para Além do Capital*, sobre o fracasso da socialdemocracia e do movimento comunista no século XX e sobre a natureza do poder político constituído sob o comando do capital. Neste capítulo, o autor analisa tanto o fracasso da proposta de reforma gradual da socialdemocracia, quanto as razões da vitória da estratégia reformista no movimento do trabalho, a partir das determinações objetivas do sistema do capital. Para Mészáros, foi a expansão dinâmica do capital, a qual vinha se desenvolvendo no final do século XIX e foi concluída após as primeiras sete décadas do século XX, que permitiu a vitória da estratégia reformista no movimento do trabalho, possibilitando a estruturação do Estado de Bem-Estar Social. Essa afirmação do autor, de que as conquistas defensivas do trabalho estão associadas às fases de progresso da acumulação do capital, tornou-se evidente na década de 1970 com o aparecimento da crise estrutural do capital: o bloqueio da expansão dinâmica do capital provocou o colapso do Estado de Bem-Estar Social, trazendo à tona o esgotamento da fase das conquistas defensivas do trabalho. A crise estrutural do capital, além de tornar inviáveis as lutas defensivas do trabalho, visto que não permite mais a expansão das políticas e direitos sociais, coloca em risco a própria existência da ordem sociometabólica do capital. Além disso, a crise estrutural, segundo Mészáros, gera as possibilidades objetivas da ofensiva socialista, ou seja, da construção de uma alternativa que desafie o poder material e político do capital. No entanto, ressalta o autor, para isso, o movimento do trabalho precisa superar a disjunção entre economia e política, peculiar à ordem do capital, e reestruturar por completo tanto as formas, quanto os seus instrumentos de luta. São esses, portanto, os principais problemas dessa nova fase histórica.

Palavras-chave: capital; trabalho; lutas defensivas; ofensiva socialista.

ABSTRACT

This paper realizes a systematization of the main arguments discussed by Mészáros in Chapter XVIII of his book *Beyond Capital*, on the failure of social democracy and the communist movement in the twentieth century and the nature of political power constituted under the command of capital. This chapter, the author examines both the failure of the proposed gradual reform of social democracy, as the reasons for the victory of reformist strategy at work, move from objective determinations of the capital system. For Mészáros, it was the dynamic expansion of capital, which had already been developing in the late nineteenth century, and was completed after the first seven decades of the twentieth century which enabled the victory of reformist strategy in the labor movement, allowing both the structuring of the State of Welfare. This assertion Mészáros, that the defensive achievements of work are associated with stages of progress of capital accumulation, became apparent in the 1970s with the emergence of the structural crisis of capital. The blocking of the dynamic expansion of capital caused the collapse of the State of Social Welfare, revealing the exhaustion phase of the achievements of the defensive work. The structural crisis of capital, and make viable the defensive struggles of labor, since it does not allow further expansion of political and social rights, endangers the very existence of the order sociometabólica capital. The structural crisis, according to Mészáros, generates the objective possibilities of the socialist offensive, namely the construction of an alternative material that challenges the power and political capital. However, says the author, for this, movement of work needs to overcome the disjuncture between economics and politics, the peculiar order of capital, and completely restructure both ways, as their instruments of struggle. These, then, the main problems of new phase of history.

Keywords: capital; labor; defensive struggles; socialist offensive.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
-------------------	----

CAPÍTULO I

A POLÍTICA NO SISTEMA DO CAPITAL E OS LIMITES DA LUTA DEFENSIVA DO TRABALHO

1. Natureza da política no sistema do capital e a capitulação reformista do movimento do trabalho na primeira metade do século XX	16
2. O caráter “negativo” das lutas defensivas e as organizações e instrumentos de luta da classe trabalhadora	26
2.1 A cisão entre a luta econômica e a luta política no movimento do trabalho	32
3. As diferenças fundamentais entre uma crise cíclica e uma crise estrutural do capital	37
3.1 Crise de 1929-33: uma crise cíclica do capital	38
3.2 Crise Estrutural do Capital	42

CAPÍTULO II

A NECESSIDADE DA OFENSIVA SOCIALISTA

1. O esgotamento da fase das conquistas defensivas do trabalho e as repercussões da crise estrutural sobre o movimento do trabalho	55
2. Os limites materiais do uso do poder repressivo do capital	65
3. O falso pluralismo do capital e o pluralismo socialista	67
4. A atualidade histórica da ofensiva socialista e a necessidade de se contrapor à força extraparlamentar do capital	77

CONCLUSÃO	88
------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
-----------------------------------	----

INTRODUÇÃO

István Mészáros nasceu em 1930, em Budapeste, e é atualmente professor emérito da Universidade de Sussex, na Inglaterra. Estudioso das obras de Marx e um dos principais colaboradores de Lukács, escreveu vários livros, entre os quais “A Teoria da Alienação de Marx” (1970), “Filosofia, Ideologia e Ciências Sociais” (1986), “o Poder da Ideologia” (1989) e “Para Além do Capital” (1995). Nessa, no artigo intitulado “Tudo ou Nada: Para Além do Capital de Mészáros”¹, afirma que esse livro de Mészáros “oferece questionamentos os mais radicais, e argumentos os mais convincentes de que nenhuma acumulação é possível, no sentido de superar o capital, se não adotarmos uma estratégia socialista ofensiva, que articule, já e agora, os problemas cotidianos com a necessária (...) superação do capital”.

No prefácio à edição brasileira dessa obra, Mészáros afirma que “a criação da alternativa radical ao modo de reprodução metabólica do capital é uma necessidade urgente, mas não há de acontecer sem uma reavaliação crítica do passado” (2002, p. 21), ou seja, pensar na construção de uma alternativa que, de fato, desafie o poder material e político do capital requer do movimento socialista o conhecimento de sua própria história de luta, dos seus avanços e retrocessos. Essa é, portanto, uma das questões que Mészáros procura responder, particularmente no capítulo XVIII do seu *Para Além do Capital*.

No século XX, o acirramento da luta de classes entre capital e trabalho alcançou proporções gigantescas. Nesse século, a classe trabalhadora vivenciou grandes experiências históricas como a Revolução Russa de 1917 e a Revolução Alemã (1918-1923), além de ter enfrentado duas grandes guerras mundiais. Foi um século marcado também pelas tentativas desastrosas de revisão da teoria de Marx. Basta lembrar aqui o revisionismo de Bernstein no pensamento de Marx, e de Stálin na concepção de revolução de Lênin, durante o período stalinista, para justificar suas próprias teorias.

Além disso, um fato que marcou de forma decisiva esse século e que representa a síntese dos acontecimentos mencionados acima foi a crise e o fracasso histórico da socialdemocracia e do movimento comunista. Esses dois movimentos

¹ Este artigo foi publicado na Revista Raízes, V, 19, n. XVIII, pp. 75-87, Campina Grande, UFPB, 1999.

políticos que haviam surgido como defensores dos ideais marxistas enveredaram, na primeira metade do século XX, pelo caminho do reformismo, abandonando, assim, a luta pela transformação da ordem social vigente.

Mészáros apresenta a primeira síntese do movimento histórico do século XX: as derrotas revolucionárias estariam fundadas na impossibilidade objetiva de superação do capital até a abertura de sua crise estrutural, em 1970. O estudo apresentado neste texto constitui uma sistematização da análise realizada por esse autor, no capítulo XVIII do seu *Para Além do Capital*, sobre o fracasso da proposta da socialdemocracia e dos partidos revolucionários da III Internacional de reformar o poder político do capital.

É partindo do resgate da indissociável relação entre economia e política, tão enfatizada por Marx em suas obras, que o autor vai fundamentar a sua tese sobre a inviabilidade das tentativas da socialdemocracia de implementar o socialismo, por meio de reformas graduais no interior do sistema socio-reprodutivo vigente. Daí Mérszáros enfatizar, a todo tempo, a relação de complementaridade entre o sistema do capital e a sua estrutura de comando político, o Estado, chamando atenção para a importância de a crítica radical da política ser condição essencial para avaliarmos as reformas com ela compatíveis.

A tese fundamental do capítulo XVIII do *Para Além do Capital* é a de que a vitória da estratégia reformista do movimento no trabalho, principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial, quando, então, a socialdemocracia alemã capitulou perante as exigências do nacionalismo burguês e abandonou a luta pelo socialismo, foi produto de determinações objetivas do sistema do capital. Essa tese de Mérszáros difere radicalmente da análise do fracasso da esquerda histórica sustentada por Claudín (1985) em seu livro "*A Crise do Movimento Comunista*" e por Loureiro (2005) no livro "*A Revolução Alemã (1918-1923)*". Como veremos na conclusão deste trabalho, esses teóricos atribuem a crise da socialdemocracia e do movimento comunista ou a equívocos políticos, teóricos e organizacionais do movimento revolucionário, ou a falhas subjetivas e traições burocráticas dos dirigentes da classe trabalhadora.

Para Mérszáros, a estratégia reformista no movimento do trabalho teve sua base de sustentação no desenvolvimento da acumulação expansiva do capital, que

já vinha se processando desde o final do século XIX e teve o seu auge nas sete primeiras décadas do século XX, possibilitando, inclusive, o Estado de Bem-Estar Social, as Estratégias de Pleno Emprego e as políticas de consenso. Vale ressaltar que as políticas e os direitos sociais obtidos pela classe trabalhadora, nesse período, foram permitidos pelo progresso da acumulação do capital. Essa interpretação rebate, em primeiro lugar, a tese de que a vitória do reformismo no movimento do trabalho foi produto de falhas subjetivas dos líderes reformistas e, em segundo lugar, a concepção, bastante difundida pela esquerda socialdemocrata, de que foi a pressão do movimento da classe trabalhadora que obrigou o capital a intervir sobre o agravamento das condições materiais de existência dos trabalhadores por meio de políticas sociais.

Conforme observa Mészáros, a acomodação do movimento do trabalho às determinações objetivas do sistema do capital teve início na primeira metade do século XX, quando as suas forças extraparlamentares, conhecidas por sua radical oposição ao sistema sociometabólico do capital, aderiram à via reformista. Na verdade, a acomodação do trabalho aos limites da estrutura política do capital foi uma exigência imposta para que o trabalho entrasse na esfera política parlamentar e tivesse acesso às limitadas melhorias materiais reformistas. E, para o autor, a proposta de reforma gradual da socialdemocracia de instituir o socialismo por meio de reformas graduais, estava condenada ao fracasso desde o início, pois, como assinalaremos no texto, o capital é incapaz de compartilhar o poder com forças que pretendam transcendê-lo como objetivo final. Como observa Paniago (2007, p.14) na introdução do seu livro “Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital”, o *Para Além do Capital* “é a mais dura crítica contemporânea às teses, de todos os matizes, que propõem o controle sobre o capital através de mediações políticas”. Como veremos, é, pois, partindo do estudo das determinações objetivas do capital que Mészáros procura compreender os limites estruturais das reformas implementadas na esfera política parlamentar.

Marx já havia assinalado em algumas de suas obras, como “Glosas Críticas Marginais”, “O 18 Brumário” e “Guerra Civil na França”, os limites das reformas implementadas pelo sistema do capital, mediante a atuação do Estado. A função social do Estado, na ordem do capital, aparece nos textos do autor relacionada à

reprodução da exploração e subordinação estrutural do trabalho ao capital, ou seja, à manutenção da exploração do homem pelo homem.

Rosa Luxemburgo, concordando com a análise de Marx, assinalava, no final do século XIX, que, de fato, em algumas fases do desenvolvimento capitalista o Estado assume funções de interesse geral, no entanto, ressalta a autora, ele apenas o faz “na medida em que o interesse geral e o desenvolvimento social coincidam com os interesses imediatos da classe dominante” (Luxemburgo, 1990, p.56). Ou seja, o sistema do capital só atenderá às reivindicações sociais que estiverem de acordo com os seus interesses socio-reprodutivos.

Para Mészáros, essa determinação objetiva do sistema do capital explicitou-se nitidamente nas primeiras sete décadas do século XX. Se, nesse período, o progresso da acumulação do capital gerou as condições necessárias para a afirmação da articulação reformista do movimento do trabalho, permitindo que a classe trabalhadora tivesse acesso a algumas conquistas parciais e limitadas, com o surgimento da crise estrutural na década de 1970, o capital não apenas vem ameaçando a continuidade da manutenção dessas conquistas, como tem limitado, cada vez mais, a ação defensiva do movimento do trabalho. Para Mészáros, essas mudanças processadas na esfera política devem ser analisadas como parte das modificações processadas na base econômica do capital com o surgimento de sua crise estrutural.

Nesse sentido, o autor relaciona as mudanças processadas nas instituições políticas do capital e na luta do movimento do trabalho durante o século XX às transformações ocorridas no desenvolvimento capitalista. Daí ele associar o estudo dos limites da esfera política do capital à análise da Crise de 1929-33 e da Crise estrutural iniciada em 1970, chamando atenção para as diferenças fundamentais entre elas e para as mudanças econômicas, políticas e sociais que cada uma provocou na ordem sociometabólica vigente.

Nessa síntese geral sobre a discussão apresentada pelo autor, no capítulo XVIII do seu *Para Além do Capital*, podemos perceber a importância e relevância que o seu estudo tem para o desenvolvimento da luta do movimento socialista. A discussão realizada por Mészáros, neste capítulo, é fundamental para entendermos a história do movimento, seus avanços e retrocessos e para, ao compreendermos a

natureza do sistema político sob o comando do capital, identificarmos os limites das reformas implementadas via parlamento. Para o movimento do trabalho, conhecer esses limites é fundamental para a construção de uma alternativa socialista que desafie o poder econômico e político do capital, principalmente porque, ao conhecê-los, eles poderão também reavaliar tanto as suas formas como os seus instrumentos de luta. Como assinala Tonet (2009, p.5)², “a crítica do passado e do presente é, ao mesmo tempo, a sustentação da possibilidade e da necessidade da alternativa socialista, bem como do eixo que deve nortear o processo revolucionário”

Entender os limites da ação política do movimento do trabalho e das reformas implementadas pelo Estado no sistema do capital é uma tarefa não apenas do movimento da classe trabalhadora e dos pesquisadores e cientistas políticos que estudam essas questões, mas de todos os profissionais que lidam, direta ou indiretamente, com as demandas e necessidades imediatas da classe trabalhadora. Como veremos, uma das principais imposições dessa nova época histórica aberta com a crise estrutural é justamente o aniquilamento, pouco a pouco, das conquistas defensivas do passado, ou seja, daquelas reformas sociais que foram permitidas pelo desenvolvimento capitalista no período anterior. Ora, essa situação rebate diretamente no campo de atuação dos assistentes sociais, uma vez que a sua atividade profissional está intrinsecamente relacionada à implementação de políticas sociais. Daí a importância de essas questões serem estudadas pelos pesquisadores e profissionais da área do Serviço Social e, por isso, a nossa preocupação em investigar, no capítulo XVIII do *Para Além do Capital* de I. Mészáros, as determinações objetivas da política no sistema do capital e as implicações dessa nova época para a luta do movimento do trabalho.

Para facilitar a exposição das concepções de Mészáros, dividimos o texto em dois capítulos. No primeiro, assinalaremos a natureza da política no sistema do capital e os limites objetivos da luta defensiva do trabalho, bem como enfatizaremos as principais diferenças entre a crise cíclica de 1929-33 e a crise estrutural do capital que se inicia na década de 1970. No segundo capítulo, pontuaremos as consequências da crise estrutural para o movimento da classe trabalhadora, em especial, o esgotamento da fase das conquistas defensivas do trabalho e o aumento

² Artigo intitulado *Crise Atual e Alternativa Socialista*. 2009. Disponível no site: www.ivotonet.xpg.com.br

das leis repressivas impostas pela política parlamentar sobre os trabalhadores. Além disso, argumentaremos como essa crise põe as possibilidades objetivas para a articulação da alternativa socialista e evidencia que a cisão entre a luta política e a luta econômica do trabalho, ou seja, a divisão entre o seu "braço político" e o seu "braço sindical", constitui o principal problema que o movimento socialista precisa enfrentar nessa nova fase história para desafiar o poder político e econômico do capital e realizar a transição socialista. E, segundo Mészáros, para superar essa disjunção e enfrentar o domínio do capital, torna-se imprescindível a reestruturação das formas e instrumentos tradicionais de luta da classe trabalhadora (sindicatos e partidos), bem como a organização de um movimento extraparlamentar do trabalho.

São, portanto, essas as principais questões que, a partir da análise realizada por Mészáros no capítulo XVIII do seu *Para Além do Capital*, discutiremos ao longo desse trabalho.

CAPÍTULO I

A POLÍTICA NO SISTEMA DO CAPITAL E OS LIMITES DA LUTA DEFENSIVA DO TRABALHO

Neste capítulo, iremos nos deter no delineamento mais geral da tese de Mészáros, segundo a qual as determinações objetivas do sistema do capital impediram o movimento da classe trabalhadora de levar adiante o seu projeto de instituir o socialismo por meio de reformas graduais, bem como favoreceram o reformismo e deram suporte às lutas defensivas do trabalho nas primeiras sete décadas do século XX.

Além disso, veremos que, com o surgimento da crise estrutural do capital na década de 1970, veio à tona o esgotamento dessa fase de vigência das estratégias reformistas, o que implica o colapso, principalmente, do Estado de Bem-Estar Social e das Estratégias de Pleno Emprego. Para Mészáros, a crise estrutural, além de desencadear alterações na estrutura econômica e política do capital, modifica por completo a luta do movimento da classe trabalhadora e impõe a necessidade de se reestruturar os instrumentos e organismos de ação do movimento socialista.

Vale salientar que essas mudanças são analisadas por Mészáros a partir da crítica do sistema sociometabólico do capital e do poder constituído sob o seu comando. Para o autor, entender a natureza e os limites da política parlamentar é fundamental para avaliarmos as reformas com ela compatíveis.

1. Natureza da política no sistema do capital e a capitulação reformista do movimento do trabalho na primeira metade do século XX

Para Mészáros, a socialdemocracia e os partidos da Terceira Internacional, os mesmos que, no início do século XX, haviam professado a sua fidelidade à tradição marxista, capitularam à lógica das instituições políticas do capital. O resultado mais visível desse processo foi a adesão do movimento revolucionário mundial aos

princípios da democracia burguesa, o que significou abandonar a luta pelo socialismo e passar à defesa das demandas cotidianas imediatas nos marcos do capital.

Mészáros (2002, P.826) observa que essa capitulação não esteve sempre presente nos partidos socialdemocratas. A socialdemocracia alemã, apesar de começar a ceder às pressões da acomodação parlamentar ainda na época de Marx³, continuava a prometer “uma transformação social radical pela implementação de reformas estratégicas” e foi somente a partir da Primeira Guerra Mundial que a socialdemocracia alemã capitulou “abertamente às demandas do expansionismo nacional burguês”. Na realidade, a acomodação da socialdemocracia aos limites estabelecidos pela estrutura política do capital se impôs como uma precondição imposta para que ela pudesse entrar “na esfera parlamentar da ‘emancipação política’” e ter acesso “às limitadas melhorias materiais reformistas” (Mészáros, 2002, 853).

Mészáros (2002, p.836) assinala que o problema subjacente a essa discussão, e que deve ser enfatizado aqui, é o da natureza do poder instituído sob o comando do capital. Tanto os políticos socialdemocratas, quanto aqueles que propuseram “o caminho italiano para o socialismo”, dentro dos limites do sistema do capital, se negaram a enfrentar esse problema. Isso porque, para solucioná-lo, eles teriam que revelar o caráter contraditório de suas próprias estratégias, cuja base era a proposta de reformar um poder que é, na verdade, incontrolável⁴ e que de modo algum pode ser modificado para atender aos objetivos da transformação socialista.

É por isso que as estratégias de “*reformar o incontrolável*” e “*conquistar os mais altos postos de comando*” do sistema do capital, por meio de um poder que, de fato, não existe, só podiam conduzir à derrota da esquerda histórica. Esta derrota, vale salientar, se estendeu também às sociedades de tipo soviético, uma vez que,

³ Mészáros (2002, p.148) ressalta, no capítulo III do *Para Além do Capital*, que o reformismo foi introduzido no movimento socialista radical no final da década de 1860 e início dos anos 1870. Já em 1875, em sua Crítica do Programa de Gotha, afirma Mészáros, “Marx soava claramente o alarme para este surgimento. No entanto, sua crítica mostrou-se inútil porque os partidos socialdemocratas que emergiam nos países capitalistas dominantes movimentaram-se para a participação reformista em seus parlamentos nacionais”.

⁴ No capítulo II do seu *Para Além do Capital*, Mészáros (2002, p.97-8) explica que o sistema do capital constitui uma estrutura totalizadora de controle. Essa característica o torna o sistema mais dinâmico que já existiu, no entanto, “o preço a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a perda de controle sobre os processos de tomada de decisão”. É, pois, a perda de controle sob os imperativos objetivos do sistema que torna o capital um sistema incontrolável.

embora elas não participassem da estrutura parlamentar, as "personificações do capital"⁵, nessas sociedades, tal como fizeram os políticos socialdemocratas, deixaram de enfrentar a incontrollabilidade do capital onde ela realmente se afirmava, isto é, no processo de reprodução sociometabólica. Dessa forma, acabaram deixando de lado a determinação essencial que afirmava que a intervenção e a reestruturação estratégica deveriam estar centradas no processo objetivo material e, somente ao assumir o comando desse processo, era que se alcançaria o poder efetivo do sistema sociometabólico.

Outro aspecto assinalado pelo autor e que contribui para compreendermos os limites das propostas de reforma gradual da socialdemocracia reformista é que “o poder do capital social total, como controlador do processo de reprodução sociometabólica, é indivisível”. Nesse sentido, quando enfatizamos que o capital, como sistema sociometabólico, é incontrollável, significa que ele não pode ser reformado segundo os interesses da classe trabalhadora, pois “não pode compartilhar o poder, mesmo no curto prazo, com forças que pretendam transcendê-lo como 'objetivo final', não importa quão longo seja o prazo”⁶ (Mészáros, 2002, p. 836). Isso explica por que a proposta de reforma gradual da socialdemocracia esteve condenada ao fracasso desde o início⁷. Enquanto o capital estiver no comando do sociometabolismo, não há possibilidade alguma de haver uma "luta igual" entre capital e trabalho.

Na verdade, apesar de essa ideia ser "perpetuada e realçada pelos rituais de enfrentamento parlamentar dos 'representantes do trabalho' e seus adversários legislativos", a luta entre capital e trabalho, no parlamento, não passa de um confronto sem competição, uma vez que, nesse espaço político, ao trabalho é

⁵ São os capitalistas. Como observa o autor, no capítulo XVII do *Para Além do Capital*, Marx havia assinalado que o capitalista 'apenas mantém o seu poder como *personificação do capital* (apud Mészáros, 2002, p.723). Comentando essa ideia de Marx, Mészáros explica que "não importa o quanto sejam desconcertantes as formas pelas quais as personificações do capital controlam o processo objetivo de reprodução; elas o controlam em favor do próprio capital". Vale ressaltar que o fato de o capitalista se constituir como personificação do capital não significa que ele controla o capital, pelo contrário, ele deve obedecer aos seus imperativos sociometabólicos, pois, como vimos, o capital não pode ser controlado nem mesmo pelos capitalistas privados.

⁶ Uma análise introdutória dessa questão é apresentada no capítulo II do *Para Além do Capital*.

⁷ Como ressaltava Mészáros (2004, p.419), em seu livro *O Poder da Ideologia*, "as 'mudanças graduais' legitimadas da teoria socialdemocrata não são sequer graduais em qualquer sentido da palavra (Isto é, mudanças adequadas para assegurar, ainda que lentamente, a prometida transição para uma sociedade muito diferente – socialista), mas meramente conciliatórias. Sua premissa, admitida mais ou menos abertamente, é a necessária exclusão de toda mudança estrutural radical, por qualquer meio (seja repressivo ou não) que a 'ordem constitucional' estabelecida tenha à sua disposição".

negada sequer a possibilidade de questionar “a permanência da posição material do capital”⁸. Neste sentido,

as limitadas disputas no Parlamento, estritamente reguladas por instrumentos e instituições da ‘violência legítima’ que se apóiam na estrutura global de comando político do capital, não podem ser um *enfrentamento contra o capital*, mas entre alguns dos seus *componentes* mais ou menos diferenciados (Mészáros, 2002, p.836).

Segundo o autor, não se pode perder de vista que os membros do Parlamento, quer estejam defendendo os interesses das empresas capitalistas, quer sejam representantes do trabalhismo reformista, são obrigados a subordinar os seus objetivos legislativos às regras do "Estado Constitucional" do sistema capitalista, impostas justamente para afirmar os interesses do capital na esfera parlamentar. É por isso que os representantes do trabalho “que tentam manter uma postura crítica radical ou são mantidos fora do Parlamento ou são totalmente marginalizados no seu interior” (Mészáros, 2002, 836-7).

Para Mészáros, no sistema capitalista, a relação entre capital e trabalho não pode ser de nenhum modo "simétrica", pois não há possibilidade alguma de haver um equilíbrio de poder entre eles, tampouco se pode alterar o poder político vigente em favor do trabalho. Na realidade, o "equilíbrio de poder" na estrutura sociopolítica “pertence apenas ao mundo do capital” (Mészáros, 2002, p.837). Vale ressaltar que esse "equilíbrio de poder" entre os diversos componentes do capital é temporário, no entanto, ele é importante, porque realiza “as inter-relações variáveis entre os menores e os maiores constituintes do capital social total articulado em qualquer ponto particular na história”.

Desse modo, enquanto pode haver, mesmo que apenas por um curto espaço de tempo, um equilíbrio entre os interesses dos diversos componentes

⁸ A discussão sobre a função social do parlamento no sistema capitalista foi discutida por Luxemburgo em seu livro *Reforma Social ou Revolução?* Para a autora, “o caráter contraditório do Estado capitalista manifesta-se de forma explosiva no parlamentarismo moderno. É evidente que formalmente o parlamentarismo serve para exprimir na organização do Estado os interesses do conjunto da sociedade. Mas, por outro lado, o que o parlamentarismo representa aqui é unicamente a sociedade capitalista, quer dizer, uma sociedade onde predominam os interesses *capitalistas*. Por consequência, nessa sociedade, as instituições formalmente democráticas reduzem-se, no seu conteúdo, a instrumentos dos interesses da classe dominante” (Luxemburgo 1990, p.59).

particulares do capital, não pode existir equilíbrio algum entre o poder do capital e o poder do trabalho. Para Mészáros (2002, p.837), o trabalho “ou é o *antagonista estrutural e a alternativa sistêmica ao capital*” e, portanto, a proposta de compartilhar o poder com o capital é totalmente inviável, ou ele “permanece a parte estruturalmente subordinada (...) do processo de autorreprodução ampliada do capital e, como tal, *totalmente sem poder*”.

O autor chama atenção ainda para o fato de que a premissa, segundo a qual o trabalho não pode compartilhar o poder com o capital, conduz necessariamente à outra determinação essencial do sistema sociometabólico vigente: a de que o trabalho não pode ser representado no parlamento. Em princípio, o capital também não poderia ser representado. No entanto, a situação do capital é radicalmente oposta ao do trabalho. O capital “*não precisa de representação*” porque “*já está no controle completo do processo sociometabólico*, incluindo o controle efetivo – extraparlamentar – de sua própria estrutura de comando político, o Estado” (Mészáros, 2002, p. 838). Já o trabalho, como não está no controle efetivo do sistema socio-reprodutivo, suas formas de representação “teriam que ser completamente estéreis, pois não podem alterar as determinações estruturais extraparlamentares do modo fortemente arraigado de reprodução sociometabólica do capital”.

O fato de o capital não precisar de representação no parlamento não significa que ele não necessite desse espaço para afirmar as suas regras sobre a sociedade, tampouco que o parlamento serve apenas como força de mistificação ideológica. Pelo contrário, a representação parlamentar desempenha funções fundamentais para a reprodução da ordem sociometabólica vigente. Em primeiro lugar, ela legitima e impõe as regras da “legalidade constitucional” sobre o trabalho, que é potencialmente recalcitrante. Em segundo lugar, e esta é a sua função mais importante, ela permite que a pluralidade de capitais⁹ encontre, em todo e qualquer desdobramento da operação do sistema, o “equilíbrio de poder”, mesmo que temporário, entre os seus diversos componentes. De acordo com Mészáros (2002, p.839), este “equilíbrio de poder” entre a pluralidade de capitais é necessário porque

⁹ Mészáros usa aqui o termo “pluralidade de capitais” para enfatizar a existência de uma multiplicidade e diversidade dos seus componentes particulares.

“o capital é constituído de componentes incorrigivelmente *centrífugos*”, que estão em permanente conflito e concorrência entre si. Segundo o autor, essa “incorrigível ligação estrutural *conflitiva*” é comum a todo o sistema e atinge desde as empresas mais simples até as grandes corporações transnacionais. Vale assinalar que

o capital, como totalidade social, mantém a força centrífuga sob controle (e *deve* fazê-lo de uma forma adequada) por meio das regras universalmente dominantes e das determinações estruturais que objetivamente definem o próprio capital como um modo de controle sociometabólico (Mészáros, 2002, p.839).

Vale ressaltar que essas regras e determinações, ou seja, os imperativos objetivos do capital, devem ser seguidos por todas as unidades particulares do capital, embora haja interesses divergentes entre elas. Para o autor, sem esse “compartilhamento”, os diversos componentes do capital

não poderiam operar entre si como uma pluralidade de capitais afirmando seus interesses particulares dentro das restrições estruturais globais e da autopreservação dinâmica do seu sistema em toda situação histórica dada (Mészáros, 2002, p.839).

É, pois, complementando a força centrífuga dos diversos componentes particulares do capital com os imperativos objetivos do sistema sociorreprodutivo, que o sistema capitalista consegue manter sob controle e impedir “o impacto *desintegrador* das insuperáveis interações de *conflito*”. E é justamente nesse campo que a atuação do Estado capitalista demonstra a sua importância, uma vez que ele não apenas regula as relações políticas globais, mas constitui um componente material necessário para que o capital se afirme como força controladora da ordem sociometabólica vigente¹⁰. E o sistema parlamentar contribui para assegurar o controle totalizador do capital, mantendo sob controle a força centrífuga, a concorrência conflitiva, dos componentes particulares do capital.

¹⁰ Em sua obra *Guerra Civil em França*, ao falar sobre o Estado francês da metade do século XIX, ainda sob a fase concorrencial do capitalismo, Marx (1983, p.63) enfatiza a estreita relação entre poder político e poder econômico ao assinalar que “do mesmo passo em que o progresso da indústria moderna desenvolvia, alargava, intensificava o antagonismo de classe entre capital e trabalho, o poder de Estado assumia cada vez mais o caráter do poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de despotismo de classe”.

É por isso que, de acordo com Mészáros, não há problema algum de os interesses da multiplicidade de capitais serem representados no parlamento, pois, como o capital está no comando político global do sistema, tais interesses são inteiramente compatíveis com as determinações mais elementares do seu controle socio-reprodutivo. Além disso, a política parlamentar auxilia o capital, realizando deslocamentos estratégicos contrários aos interesses do trabalho como, por exemplo, limitar a força defensiva dos sindicatos. Tendo em vista essa contribuição essencial do sistema parlamentar para o desenvolvimento e reprodução do sistema capitalista, o autor afirma que

a força reguladora da representação parlamentar (...) é completamente adequada como *representação* genuína e também como *preservação* (ou 'eternização') de um poder – a força de controle sociometabólica – *já existente* (Mészáros, 2002, p.840).

Ao contrário do capital, como o interesse vital do trabalho “é a *transformação radical* da ordem socio-reprodutiva estabelecida” e, como qualquer proposta que não tenha como premissa fundamental a preservação do sistema do capital deve ser marginalizada no parlamento, os seus interesses emancipatórios são totalmente anulados na esfera política.

Para Mészáros, a aceitação do parlamento como “a única estrutura legítima da ação política (...) só pode produzir o *autoencarceramento* parlamentar da esquerda”. Isso porque não importa qual seja a intenção – participar do parlamento implica, inevitavelmente, aceitar “as regras internas do jogo parlamentar” (2002, p.824), as quais determinam

aprioristicamente em favor do capital o que pode e o que não pode ser ‘racionalmente disputado e contestado’, não apenas no domínio político, mas ainda mais em relação à viabilidade de questionar e desafiar a estrutura estabelecida do processo de reprodução social (Mészáros, 2002, p.835).

Nesse sentido, sendo essa a principal função da política parlamentar, por mais que o movimento do trabalho tentasse, o socialismo não poderia ser implementado por meio de reformas graduais via parlamento. Tal perspectiva só pode ser defendida por meio “da *aceitação acrítica dos incorrigíveis limites estruturais do sistema*” (Mészáros, 2002, p.853). E foi isso o que aconteceu com a

estratégia reformista no interior do movimento da classe trabalhadora. Para o autor, a vitória dessa estratégia

não foi de modo algum acidental ou a consequência de aberrações pessoais contingentes ou, ainda, de traições burocráticas. Foi, isto sim, o coroamento necessário da adaptação do movimento à estrutura política parlamentar preestabelecida e de sua acomodação à disjunção estrutural peculiar entre as características políticas e econômicas do sistema do capital (Mészáros, 2002, p.853).

Mészáros (2002, p.853) considera a superação da disjunção entre economia e política, mantida pela burguesia, um dos principais desafios a ser enfrentado pelo movimento da classe trabalhadora no processo de reorientação do movimento socialista. Segundo o autor, o fracasso da proposta de reforma gradual do capitalismo está diretamente relacionado ao não enfrentamento desse problema por parte do movimento de ação defensiva do trabalho. Na verdade, a classe trabalhadora não aceitou essas determinações estruturais voluntariamente; elas foram impostas como condição para que os seus partidos entrassem no jogo parlamentar, porém, ao se acomodar e internalizar as imposições do sistema do capital, o movimento do trabalho terminou caindo “na armadilha da margem desesperadamente estreita para uma ação autoemancipatória no interior da estrutura dada” (2002, p.853). É tendo em vista essas considerações que Mészáros vai considerar a luta política e a crítica radical do Estado e das suas “instituições democráticas”, em especial do parlamento, muito importantes para as perspectivas da emancipação do trabalho.

No que se refere à crítica radical do parlamento, Mészáros assinala que ela não se iniciou com Marx. Já no século XVIII Rousseau tinha chamado atenção para o fato de que a soberania pertence ao povo e que este não pode abdicar do seu poder representacional.

Conforme observa Mészáros (2002, p.828), a afirmação de Rousseau segundo a qual “*liberdade não pode existir sem igualdade*” é interpretada erroneamente pelos “ideólogos democratas”. Eles distorcem e, portanto, acabam abandonando os dois princípios fundamentais da sua teoria. O primeiro princípio é o de que o poder de tomar decisões não pode ser retirado do povo. A história do sistema estatal soviético, “administrado contra o povo pela burocracia stalinista em

nome do socialismo da forma mais autoritária”, demonstrou explicitamente as atrocidades que podem acontecer quando se transfere o poder de tomar decisões para outras pessoas.

O segundo princípio da teoria de Rousseau é o de que as funções administrativas e executivas podem ser exercidas por membros da comunidade. De acordo com Mészáros (2002, p.828), as “regras definidas autonomamente” devem ser respeitadas, sendo o exercício dessas funções controlado “em todas as fases da tomada de decisão substantiva pelos produtores associados”.

Pelo que se pode perceber, o problema não está nos princípios formulados por Rousseau, e sim na impossibilidade de implementá-los na estrutura socioeconômica e política do sistema do capital, pois

conforme os princípios da inalienabilidade do poder de determinar as regras (isto é, a ‘soberania’ do trabalho não como uma classe particular mas como condição universal da sociedade) e da delegação de papéis e funções sob regras bem definidas, flexivelmente distribuídas e adequadamente supervisionadas, o estabelecimento de uma forma socialista de tomada de decisão exigiria invadir e reestruturar radicalmente os domínios materiais antagônicos do capital. Um processo que deveria ir bem além do princípio da soberania popular inalienável de Rousseau e seu corolário delegatário. (Mészáros, 2002, p.828).

Mészáros (2002) constata que o parlamento tem sido alvo de várias críticas, muitas das quais bastante justificadas, e que não existe ainda hoje uma teoria socialista sobre o que se fará com ele após a conquista do poder. Os clássicos do marxismo, embora tivessem lutado contra a “indiferença à política” e contra a proposta de caráter sectário que defendia o “boicote ao Parlamento”, não foram capazes de vislumbrar um estágio intermediário (e que talvez fosse uma fase histórica bastante longa) que “retivesse pelo menos algumas características importantes da estrutura parlamentar herdada, enquanto o longo processo de reestruturação radical fosse realizado na ampla escala necessária” (Mészáros, 2002, p.794). De acordo com o autor, Marx havia levantado implicitamente essa possibilidade, quando afirmou num discurso realizado em Amsterdã em 8 de setembro de 1872¹¹:

¹¹ Segundo Mészáros (2002), estas são anotações de um reporte sobre o discurso que Marx proferiu numa reunião realizada em Amsterdã, em 8 de setembro de 1872.

‘O trabalhador vai algum dia ter que ganhar a supremacia política para organizar o trabalho segundo *novas linhas*: ele terá que derrotar a *política velha* que apóia *velhas instituições*... Mas nós não temos, de modo algum, afirmado que esta seria alcançada por meios idênticos. Nós conhecemos as *concessões* que temos que fazer às *instituições, aos costumes e tradições* dos vários países; e não negamos que há países como os Estados Unidos, a Inglaterra, e eu acrescentaria a Holanda se conhecesse melhor suas instituições, onde os trabalhadores podem alcançar a sua meta através de *meios pacíficos*. Se isto é verdade, também temos de reconhecer que na maioria dos países continentais é a *força* que deverá ser a alavanca de revoluções; é a *força* que teremos algum dia que recorrer para estabelecer um reinado do trabalho’ (Marx *apud* Mészáros, 2002, p.794).

Não podemos esquecer, nessa discussão, que Marx concebe a política como negação radical. Em seus escritos, o parlamento “aparece geralmente em sua negatividade quase grotesca, resumida no *dictum* ‘Iludir os outros e iludir-se ao iludidos’ – este é o extrato concentrado da sabedoria parlamentar!” (Marx, *apud* Mészáros, 2002, p.794). No entanto, Mészáros (2002, p.794) observa que, se considerarmos que o parlamento “afeta profundamente todas as instituições da luta socialista que porventura estejam intimamente ligadas a ele”, e entendermos a possibilidade aberta por Marx “de que a mudança revolucionária possa usar *meios pacíficos* como veículos” (...) “como uma possibilidade histórica séria”, então, torna-se ainda mais importante e necessário “reorientar radicalmente a “sabedoria parlamentar” para a retroalimentação de objetivos socialistas”.

Mészáros (2002, p.831) salienta que a crítica radical do sistema de representação parlamentar deve servir para exercitar a “soberania do trabalho” não apenas nas assembleias políticas, mas principalmente “na atividade de vida produtiva e distributiva autodeterminada dos indivíduos sociais em todo domínio singular e em todos os níveis do processo sociometabólico”. No final do segundo capítulo, veremos como Mészáros associa essa crítica do parlamento à necessidade de construção de um movimento extraparlamentar do trabalho que, de fato, desafie a dominação do capital dentro e, principalmente, fora do parlamento.

Assim, antes de entendermos a necessidade da construção do movimento extraparlamentar do trabalho e como a crise estrutural do capital, da qual falaremos mais adiante, põe as possibilidades objetivas para o sucesso desse movimento, assinalaremos as consequências negativas das lutas defensivas do trabalho,

chamando atenção para as determinações objetivas e as formais institucionais que lhe serviram de base e favoreceram o seu desenvolvimento.

2. O caráter "negativo" das lutas defensivas e as organizações e instrumentos de luta da classe trabalhadora

Segundo Mészáros, a concepção global de Marx tinha como objetivo principal "a revolução social abrangente, a partir da qual os homens deveriam mudar de 'cima a baixo as condições da sua existência industrial e política e, por conseguinte toda a sua maneira de ser'" (Mészáros, 2002, p.791).

Nesse sentido, a luta do movimento socialista deveria corresponder positivamente ao empreendimento global e não ser bloqueada na fase negativa/defensiva, ou seja, na fase das lutas parciais. Marx já havia chamado a atenção para essa questão no texto *Salário, Preço e Lucro*, ao insistir que os trabalhadores "não deveriam aplicar 'paliativos' quando o problema era 'curar a doença'". Além disso, ele enfatizou "não ser suficiente engajar-se negativamente/defensivamente nas 'inevitáveis lutas de guerrilha' que incessantemente emergem dos eternos abusos do capital ou das flutuações do mercado" (2002, p. 791).

Para Mészáros, Marx assinalou os perigos de o movimento da classe trabalhadora restringir sua luta ao engajamento negativo/defensivo nas diversas lutas de guerrilhas, pois, como insistia ele, a "guerra de guerrilha" se restringe apenas à luta contra os efeitos do sistema. Porém, quando ele teve que tratar do "lado *positivo* da equação", numa conjuntura marcada pelo subdesenvolvimento relativo do capital que, vale ressaltar, estava longe de entrar na fase de contradições insolúveis e de sua crise estrutural¹², ele só pôde sinalizar que existia "um processo de desenvolvimento objetivo em andamento" (Mészáros, 2002, p.791), mas não foi capaz de assinalar nenhuma mediação institucional e estratégica para transformar

¹² Falaremos sobre a crise estrutural do capital no final deste capítulo.

esse processo em resultados duradouros e eficazes do ponto de vista da luta pela transformação radical da ordem sociometabólica.

Mészáros (2002) explica que Marx não poderia dar uma resposta mais concreta e indicar a mediação institucional e estratégica correspondente ao desenvolvimento objetivo, o qual estava em processo e que ele mesmo havia indicado, porque as circunstâncias da sua época não permitiam. E não permitiam porque, como nos lembra Mészáros (2002, p.791), o movimento socialista, após o período de "ataques e explosões nascidos do desespero", foi obrigado a responder aos desafios postos "pelas confrontações nacionais particulares", que vinham se afirmando "contra o pano de fundo da expansão global e do desenvolvimento dinâmico do capital".

Foi sob essas condições que a Primeira Internacional¹³ enfrentou seus grandes desafios, levando-a finalmente à sua desintegração. Imersa numa conjuntura essencialmente defensiva, nem mesmo a experiência da Comuna de Paris de 1871 poderia se transformar numa ofensiva socialista. Vale lembrar que, nesse período, tanto os debates do Programa de Gotha (1875), como o movimento da classe trabalhadora alemã estavam influenciados por determinações defensivas. (Mészáros, 2002, 791-2). A conciliação entre as propostas reformistas, defendidas pelos lassaleanos, e revolucionárias, representadas pelo projeto de Bebel e Wilhelm Liebknecht, e que realizada nos debates do Programa de Gotha, representa uma das primeiras manifestações do reformismo na socialdemocracia alemã¹⁴.

Para o autor, o surgimento da Segunda Internacional¹⁵ não contribuiu em nada para retirar o movimento operário desse impasse. Pelo contrário, acabou se

¹³ Marx e Engels participaram da sua fundação em 1848.

¹⁴ O movimento socialista vinha desde os debates sobre o Programa de Gotha, realizado na Alemanha em 1875, se desviando da luta revolucionária por outro tipo de sociabilidade. Este programa foi resultado da unificação das propostas das forças políticas responsáveis pela sua aprovação e, segundo Loureiro (2005:33), estava voltado para as reivindicações imediatas, ou seja, para o sufrágio universal, o voto secreto, às liberdades democráticas e para a proposta de melhorar as condições de existência dos trabalhadores mediante conquistas via parlamentar. Neste sentido, o Programa assumia claramente uma postura reformista, não fazendo, portanto, "referência à revolução, ao caráter de classe do Estado, nem à análise de Marx do desenvolvimento capitalista" (Loureiro, 2005, p.33).

¹⁵ Surgiu em 1889 e começou a se desintegrar, em 1914, quando a socialdemocracia alemã, a sua ala mais importante, aprovou os créditos da Primeira Guerra Mundial e capitulou ante as exigências do nacionalismo burguês.

rendendo às determinações sociais e econômicas que marcaram, de forma ponderável, a condição defensiva global. Além disso, ela

substituiu as exigências de uma estratégia ampla pela prática pedestre¹⁶ de 'mudança gradual', traduzindo ao mesmo tempo sua capitulação defensiva na estrutura organizacional ossificada de uma 'socialdemocracia' corruptamente casada com a manipulação parlamentar capitalista (Mészáros, 2002, p.792).

E foi justamente nesse movimento pseudo-socialista, de capitulação defensiva da socialdemocracia, que a fase de expansão capitalista do pós-guerra encontrou seus administradores e porta-vozes mais fervorosos.

Diferentemente da Segunda Internacional, cuja capitulação defensiva continua presente no movimento da classe trabalhadora até hoje, a fase revolucionária da Terceira Internacional¹⁷ foi relativamente curta. Se a onda revolucionária que se seguiu ao final da Primeira Guerra Mundial tinha dado a ela um impulso bastante ponderável, tão logo se completou um ano de sua fundação (1919), Lênin já constatava que 'o movimento revolucionário perderia inevitavelmente velocidade quando as nações assegurassem a paz' (Lênin, *apud* Mészáros, 2002, p.792). E foi isso o que de fato aconteceu. Sob essas condições, por mais que quisessem, os estrategistas da "Ação de Março" de 1921¹⁸ não poderiam transformar a sua proposta de revolução numa ofensiva socialista, pois, já nessa época, as determinações objetivas impediam a sustentação de qualquer ofensiva desse tipo. Voltaremos a essa questão, mais adiante, quando formos tratar do reformismo e suas consequências para o movimento do trabalho.

¹⁶ Na versão inglesa do *Para Além do Capital*, Mészáros (1995, p.677) escreve "pedestrian practice" para se referir à estratégia da socialdemocracia de mudança gradual. Consideramos que a tradução dessa expressão como "prática trivial" se adéqua melhor ao sentido do que o autor está discutindo na frase.

¹⁷ Também conhecida como Internacional Comunista (IC), a Terceira Internacional foi fundada por Lênin e pelo partido Comunista Russo em 1919.

¹⁸ Segundo Loureiro (2005, p. 131), a "Ação de Março" de 1921 foi uma tentativa dos comunistas alemães de chamar os operários da região industrial de Merseburg-Halle-Mansfeld, Alemanha Central, a responderem por meio de uma greve geral e, posteriormente, de uma revolução à iniciativa do Ministro do Interior da Prússia, Severing, de tomar as armas que eles conservavam desde o início de 1920, durante o Golpe de Estado empreendido por Wolfgang Kapp, alto funcionário do governo prussiano e representante dos *Junker*, e, desse modo, aniquilar a força que eles tinham nos conselhos de fábrica dessa região. Os operários fora dessa região central da Alemanha não aderem à greve proposta pelo partido comunista, e o movimento revolucionário acaba sendo derrotado pelas forças policiais prussianas.

No que se refere ao desenvolvimento da Revolução Russa, Mészáros observa que Lênin havia limitado os objetivos dos bolcheviques, no período de fevereiro a outubro de 1917, à luta pela “paz, terra e pão”. Na visão de Lênin, somente a partir da experiência adquirida nessa luta é que se poderia preparar uma base social capaz de sustentar a eclosão de um levante revolucionário. Na verdade, o "partido de vanguarda" foi constituído para se defender dos piores ataques do Estado policial. Por isso, ele teve que enfrentar todos os obstáculos impostos pela clandestinidade, o que o obrigou a impor o segredo absoluto, além de uma estrutura rígida de comando, de centralização, entre outros. Para o autor, quando comparamos essa estrutura autodefensiva que o partido bolchevique foi obrigado a construir naquelas circunstâncias com a proposta de Marx de produzir ‘consciência comunista em escala de massa’ (Marx *apud* Mészáros, 2002, p.789), a qual exige uma estrutura organizacional inerentemente aberta, podemos perceber as diferenças fundamentais entre uma postura defensiva e uma postura ofensiva.

Segundo Mészáros, quando eclodiu a Revolução Russa de 1917, Lênin, tendo bastante clareza da situação econômica, política e social em que se encontrava a Rússia¹⁹, e reconhecendo que a Revolução não poderia se sustentar sem a ajuda dos proletários dos países desenvolvidos, esperava que a Revolução Política de Outubro servisse de incentivo para o desencadeamento de uma série de revoluções no ocidente e que estas assegurassem a vitória da revolução socialista na Rússia. Porém, os planos de Lênin não se realizaram: a onda revolucionária, que surgiu principalmente durante a Revolução Alemã (1918-1923), se esgotou sem deixar resultados significativos para as forças revolucionárias mundiais²⁰. Foi diante desses acontecimentos que Lênin, negando-se a devolver o poder aos czares, sustentou energicamente a proposta de continuar defendendo o que fosse possível sob aquelas circunstâncias até que o desenvolvimento do processo revolucionário fora da Rússia permitisse o avanço da revolução socialista.

¹⁹ Em seu livro “*O Poder da Ideologia*”, Mészáros (2004, p. 23-4) afirma que, desde a Revolução de Outubro de 1917, as condições objetivas da Rússia colocavam limites bem definidos à manutenção das conquistas alcançadas nesse período. Se por um lado essa revolução foi a primeira tentativa “bem-sucedida que projetou a transformação socialista da sociedade”, sendo para as forças socialista um “trunfo positivo” por ter atacado “um império opressor multinacional” ou, como caracterizou Lênin, ‘o elo mais fraco da cadeia do imperialismo’, por outro lado, o grave atraso econômico e social da Rússia e o “terrível legado do império multinacional opressor” se constituíam em entraves importantes para a continuidade do processo revolucionário iniciado em 1917.

²⁰ A derrota da Revolução Alemã (1918-1923) exerceu um papel fundamental para o fracasso da generalização internacional da Revolução Russa.

Contudo, observa Mészáros, Lênin, mesmo quando foi obrigado a defender desesperadamente a continuidade da revolução política, tinha nítida clareza da distinção essencial entre uma revolução política e uma revolução social, que ele denominou de socialista. Já Stálin negava essa diferenciação fundamental, insistindo que a revolução política, instaurada na Rússia em Outubro de 1917, considerada por Lênin como a primeira etapa de uma transformação socialista, já representava o próprio socialismo²¹, faltando apenas a entrada “na etapa superior do comunismo”. Assim,

com tal mudança apologética de estratégia, na qual tudo tinha que ser cruelmente subordinado à defesa do stalinismo e simultaneamente saudado como a maior vitória possível para a revolução socialista em geral, desapareceu também a diferença real entre estruturas e desenvolvimentos defensivos e ofensivos (Mészáros, 2002, p. 790).

Segundo Mészáros, Lênin e Stálin entendiam, de forma totalmente diferente, a tarefa da Revolução Russa de 1917: enquanto a proposta leniniana defendia que, na ausência de uma revolução mundial, a tarefa da Revolução Política de Outubro seria a de conservar o que tinha sido conquistado até aquele momento e esperar que os desenvolvimentos mundiais favorecessem a eclosão da revolução socialista, Stálin transformou a resposta política que a Rússia foi obrigada a dar naquelas circunstâncias “em um *ideal social* geral” (Mészáros, 2002, p.791), subordinando, de forma arbitrária, todos os processos sociais e econômicos a uma prática voluntarista que procurava resolver os problemas que surgiam na sociedade “por meio de *ditames políticos* autoritários”.

A proposta original de Lênin, como assinalamos anteriormente, era “combinar o potencial político do ‘elo mais fraco’ com as condições economicamente maduras dos países capitalistas ‘avançados’” (Mészáros, 2002, p.790). Foi, pois, o fracasso da revolução mundial que tornou inviável a sua estratégia, e que impôs todos os constrangimentos decorrentes de uma “defesa desesperada”. Os desdobramentos da Revolução Russa revelaram um grande distanciamento da proposta original da revolução política definida por Lênin entre fevereiro e outubro de 1917. Distanciamento que se evidenciou tanto no que se refere aos objetivos fundamentais

²¹ Depois da morte de Lênin, em 1924, Stálin começa a defender a tese do "socialismo num só país".

da revolução determinados originalmente, quanto em relação às formas institucionais e organizacionais correspondentes.

No que se refere às organizações e instrumentos de luta da classe trabalhadora, vigentes no ocidente durante essa fase defensiva, Mészáros observa que eles surgiram com o objetivo de superar alguns entraves importantes na via para o socialismo. Inicialmente, eles se constituíram como produto direto das explosões espontâneas dos trabalhadores e, nesse sentido, foram expressão de um momento de ataque do movimento do trabalho. Já numa fase mais desenvolvida da luta desse movimento, tais organizações e instrumentos dos trabalhadores se desenvolveram como estruturas coordenadas, seja em conjunturas nacionais, seja em escala mundial. No entanto, o autor chama atenção para o fato de que nenhuma dessas estruturas “poderia ir além do horizonte de lutar por objetivos específicos, limitados, até mesmo se o seu objetivo *último* estratégico fosse uma transformação socialista radical de toda a sociedade” (Mészáros, 2002, p.789).

Os partidos, os sindicatos e o parlamento constituem os três principais órgãos de ação da classe trabalhadora no ocidente, formando juntos o “círculo da sociedade civil/Estado político” (Mészáros, 2002, p.793). Outro aspecto enfatizado pelo autor é que “o círculo institucional do capital (...) é feito de totalizações recíprocas da sociedade civil e do Estado político, que se interpenetram profundamente e se apoiam poderosamente um no outro”²².

É por estarem intimamente ligados à esfera política da ordem social vigente e constituírem o círculo institucional do capital que esses instrumentos de ação da classe trabalhadora não podem ser utilizados como mediação para a vitória de uma luta contra o capital, o máximo que eles podem fazer é auxiliar na vitória de batalhas parciais, como aumento de salário, regulação da jornada de trabalho, ou seja, para o movimento do trabalho alcançar algumas demandas cotidianas imediatas. Para que esses instrumentos pudessem auxiliar o movimento da classe trabalhadora no confronto contra o capital, eles teriam que ser totalmente reestruturado²³.

²² É por isso que a tese de que os sindicatos pertenceriam, juntamente com algumas outras organizações setoriais, apenas à “sociedade civil” e, portanto, “poderiam ser usados contra o Estado político para uma profunda transformação socialista” não passa de um sonho romântico (Mészáros, 2002, p.793).

²³ Como enfatiza Mészáros (2004, p.418) no *Poder da Ideologia*, “as condições elementares de produção de uma visão estratégica realmente abrangente são que ela esteja disposta a questionar tudo, inclusive os instrumentos

Voltaremos a essa questão quando formos tratar da necessidade, imposta pelo agravamento da crise estrutural do capital, de se reestruturar os instrumentos e formas de luta do movimento do trabalho para desafiar a dominação econômica e política do capital.

Como vimos anteriormente, a acomodação da socialdemocracia aos limites impostos pela política parlamentar acabou conduzindo o movimento do trabalho para o campo das lutas defensivas, ou seja, para a busca das demandas cotidianas imediatas. A luta por essas demandas, através dos meios parlamentares, passou a ser o objetivo mais importante do movimento, enquanto que a luta pelo socialismo foi, de fato, abandonada. Por constituírem o círculo institucional do capital, os sindicatos, os partidos e o parlamento, que são as organizações e instrumentos de luta utilizados pela classe trabalhadora do ocidente, também não puderam e não poderão auxiliar os trabalhadores no confronto contra o capital. Até mesmo o “partido de vanguarda” de Lênin, que teve uma atuação decisiva durante a Revolução Russa, não pôde se transformar numa estrutura organizacional ofensiva.

Uma das principais consequências da fase das lutas defensivas, da predominância do reformismo e do desvio do movimento do trabalho da causa da emancipação foi a cisão entre a luta política e a luta econômica ou, nas palavras de Mézáros, a divisão entre o “braço político” e o “braço sindical” do trabalho. Vejamos como o autor articula essas questões e quais as determinações objetivas do capital que impedem que as reformas políticas atendam aos reais interesses do trabalho e que o socialismo seja implementado por meio de reformas graduais.

2.1 A cisão entre a luta econômica e a luta política no movimento do trabalho

Como constata Mézáros, a socialdemocracia tinha, originalmente, o objetivo de instaurar modificações nas relações de poder estabelecidas mediante a implementação de reformas parlamentares e foi somente com o fracasso desse projeto que ela passou a renegar os objetivos da transformação socialista. Segundo

e parâmetros institucionais da luta, em vez de restringir sua visão de mundo àquilo que possa ser notado através da ofuscadora matriz conjuntural dos compromissos parlamentares”.

Mészáros (2002), seguir o caminho da reforma e da acomodação parlamentar apenas se tornou a orientação determinante do movimento da classe trabalhadora com a Segunda Internacional, especialmente depois da eclosão da Primeira Guerra Mundial²⁴.

Para o autor, o fato de a socialdemocracia ter deixado de perseguir os objetivos socialistas e se enveredar pelo caminho da reforma, limitando a sua luta à obtenção de conquistas cotidianas imediatas no parlamento, não pode ser interpretado como “acidental” ou “traição pessoal” dos seus representantes parlamentares, porque

o projeto de instituir o socialismo pelos meios parlamentares estava condenado desde o início, pois eles sonharam a realização do *impossível* e prometeram transformar gradualmente em ordem socialista – algo radicalmente diferente – um sistema de controle da reprodução social sobre o qual eles *não tinham, e nem poderiam ter, qualquer controle significativo dentro do Parlamento e por meio dele* (Mészáros, 2002, p.832).

E a socialdemocracia não poderia exercer o controle sobre o sistema social vigente porque o capital é incontrolável. É por isso que ele nem pode dividir o seu poder com forças que pretende transcendê-lo como objetivo final, tampouco ser reformado segundo os interesses do trabalho. Na verdade, enquanto o movimento do trabalho investe todas as suas energias “na *tentativa de reformar* um sistema substantivamente incontrolável” (Mészáros, 2002, p.832), ele perde de vista o fato de que “a simples viabilidade, mesmo da reforma mais limitada, é inconcebível sem a capacidade de exercer controle sobre aqueles aspectos ou dimensões do complexo social que estamos tentando reformar”, ou seja, sem romper o domínio do capital sobre o metabolismo social.

Quanto ao desvio do movimento do trabalho da causa da emancipação, o autor observa que ele remete ao final do século XIX, e suas consequências

²⁴ Como nos lembra Luxemburgo (1974, p.27), essa guerra mundial instaurou, pela primeira vez no movimento operário, a separação entre “os imperativos da solidariedade internacional dos proletários e os interesses de liberdade e existência nacional dos povos”. Se antes da guerra a socialdemocracia proclamava que havia uma unidade sólida entre os interesses da nação e os interesses do proletariado internacional e que ambos eram totalmente contrários à guerra, com a declaração dos deputados socialdemocratas alemães de 4 de agosto de 1914, aprovando os créditos de guerra, a unidade tão proclamada pelos socialdemocratas foi rompida. Foi nesse momento da história que, segundo a autora, “apareceu pela primeira vez esse terrível dilema: de um lado liberdade nacional, do outro socialismo internacional”.

negativas se evidenciaram nitidamente tanto no sucesso parlamentar e, portanto, na acomodação dos partidos socialdemocratas e trabalhistas às determinações objetivas do sistema do capital, quanto, em longo prazo, no desvio do movimento socialista da causa da emancipação do trabalho. O resultado de todo desse processo “foi o fatal enfraquecimento estrutural da potencialidade de luta do trabalho, causado pela aceitação das amarras parlamentares como a única forma legítima de contestar a dominação do capital” (Mészáros, 2002, p.834).

Na prática, a consequência mais expressiva dessa mudança nos objetivos da luta do trabalho foi a divisão do movimento de ação socialista em "*braço sindical*", os sindicatos, e "*braço político*", os partidos políticos. Essa divisão teve como pressuposto principal a ilusão de que os partidos políticos poderiam representar os interesses dos trabalhadores, organizados nas mais diversas empresas capitalistas. No entanto, ao invés de o “braço político” atuar em colaboração com o “braço sindical” para reforçar a sua luta contra o sistema capitalista, ele o confinou “às *disputas estritamente econômicas do trabalho*”, subordinando-o às “determinações políticas finais do capital, impostas através do parlamento” (Mészáros, 2002, p.834). Assim,

o que se supunha ser o ‘braço político do trabalho’ terminou por desempenhar um papel crucial na ativa imposição ao trabalho – pela força da ‘legislação parlamentar de representação’ – do interesse vital do capital: ‘banir a ação sindical politicamente motivada’ como categoricamente inadmissível ‘numa sociedade democrática’ (Mészáros, 2002, p.834).

Mészáros (2002, p.834) afirma que o reformismo, bem como os desdobramentos dele decorrentes, foi o produto direto dessa divisão do movimento do trabalho em “braço político” e “braço sindical”, isto é, da cisão entre a luta econômica e a luta política. Para a estrutura de comando global do capital, essa cisão no movimento da classe trabalhadora contribuiu decisivamente para que as “coações objetivas materiais do capital” fossem não apenas aceitas, mas principalmente internalizadas pelos trabalhadores. Um fato interessante nesse processo é que, apesar dos desvios e “oscilações autocontraditórias”, esse percurso levou “da armadilha reformista do movimento do trabalho à completa desintegração do próprio reformismo socialdemocrata”, o que provocou a renúncia do movimento

dos trabalhadores não apenas aos “objetivos últimos” socialistas, mas até mesmo a qualquer referência ao termo socialismo.

É isso, pois, que torna a divisão entre o “braço político” e o “braço sindical” tão danosa para o movimento do trabalho, pois, além de ter retirado dos trabalhadores o poder material que lhe permitiria desafiar a lógica do capital e as suas estratégias de autoafirmação, acabou aniquilando também o seu poder de luta pela instituição de outro sistema sociometabólico radicalmente diferente da ordem social do capital. Mészáros (2002, p.835) observa que foram essas determinações objetivas que levaram, por um lado, os partidos políticos a privarem-se da “força combativa material do trabalho produtivo” e, por outro, os sindicatos a abandonarem a luta por uma mudança estrutural mais geral, contentando-se com melhorias parciais no sistema socio-reprodutivo.

Entretanto, vale chamar atenção para o fato de que, no sistema do capital, mesmo a luta por tais melhorias precisa estar “subordinada às mudanças *conjunturais* e às limitações das unidades *particulares* do capital” (Mészáros, 2002, p.835). Isso significa, em outras palavras, que as concessões feitas aos trabalhadores pelo capital, mediante políticas instituídas pelo Estado, estão condicionadas aos períodos de expansão do sistema capitalista. Basta lembrarmos aqui que foi a fase expansiva do capital, iniciada depois da Segunda Guerra Mundial e que se estendeu até a emergência de uma nova crise do capital na década de 1970, que deu base para a estruturação e desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social. Veremos, no segundo capítulo deste trabalho, como o bloqueio da expansão lucrativa do capital e sua principal consequência, o aparecimento da crise estrutural, provoca tanto a desestruturação do Estado de Bem-Estar Social, quanto o esgotamento da fase das conquistas defensivas do trabalho. Por enquanto vale enfatizar que as concessões feitas pelo capital ao trabalho estão subordinadas às suas fases de desenvolvimento.

Mészáros (2002, p.845) chama atenção também para o fato de que, por mais que tenha entrado na esfera política parlamentar, o trabalho não pode se desvencilhar de sua determinação essencial como antagonista estrutural do capital. Essa determinação, na verdade, continua vigorando, apesar de a fase expansionista do capital ter permitido a concessão de certos ganhos defensivos ao trabalho,

gerando, assim, algumas “condições favoráveis à perspectiva reformista”, ou seja, “aquelas [condições] em que as demandas da força de trabalho socialdemocrata podem ser adequadamente conciliadas e contidas nos limites do sistema e usadas para fins de sua expansão dinâmica acumuladora”.

Retomando a discussão sobre a acomodação do movimento do trabalho aos limites impostos pela política parlamentar, Mészáros assinala que esse fenômeno não foi peculiar apenas aos partidos socialdemocratas. Ele se estendeu também aos partidos revolucionários da Terceira Internacional²⁵, o que demonstra que as derrotas sofridas pela esquerda institucionalizada, no curso do século XX, foram conduzidas por determinações estruturais do sistema do capital, e que tais derrotas aconteceram apesar do aparecimento de crises profundas no sistema socioeconômico e político vigente, como foi a “Grande Crise” de 1929.

Vale ressaltar que essa situação de vigência de determinações defensivas e de arrefecimento do movimento revolucionário contribuiu decisivamente para que o sistema do capital enfrentasse, sem muita dificuldade, a “Grande Crise econômica” de 1929-33. Isso porque, apesar das graves consequências econômicas e políticas emergentes com a crise, o capital não teve que enfrentar nenhum movimento revolucionário significativo.

Como, para Mészáros, a desintegração do reformismo parlamentar e a dissolução das estratégias defensivas do trabalho têm sua base de sustentação nas relações de poder material do sistema sociorreprodutivo vigente, passaremos a investigar as mudanças no desenvolvimento capitalista com o surgimento da crise estrutural do capital. Segundo o autor, uma das principais consequências do bloqueio da expansão dinâmica do capital, nessa fase de crise, é justamente a desintegração do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das conquistas defensivas do trabalho.

²⁵ No *Poder da Ideologia*, Mészáros (2004, p.431) lembra que “o movimento socialista russo, enquanto movimento revolucionário de uma vanguarda política voltada para a massa mais rigidamente organizada, teve de se adaptar às especificidades de seu ambiente sócio-histórico; assim como os partidos parlamentaristas da socialdemocracia ocidental, legalizados e orientados para a obtenção do voto de massas, articularam seus princípios estratégicos de acordo com as demandas políticas que surgiam dos interesses materiais complexos – na verdade até contraditórios – de sua situação nacional economicamente muito mais avançada e de caráter imperialista”.

3. As diferenças fundamentais entre uma crise cíclica e uma crise estrutural do capital

No desenvolvimento capitalista, as três dimensões essenciais do capital, produção, consumo e circulação/distribuição/realização “tendem a se fortalecer e a se ampliar por um longo tempo, provendo também a motivação interna necessária para a sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada” (Mészáros 2002, p.798). A interação entre elas é fundamental para o funcionamento contínuo do sistema do capital, pois permite que as limitações imediatas de cada uma dessas dimensões sejam superadas pelas demais. Enquanto esse mecanismo estiver operando, as limitações imediatas do sistema do capital aparecem como “meras barreiras a serem transcendidas, e as contradições imediatas não são apenas deslocadas, mas diretamente utilizadas como alavancas para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital”.

Como a atuação conjunta entre as três dimensões essenciais do capital tem como objetivo possibilitar o deslocamento das contradições para outra esfera ou país, enquanto esse mecanismo de autoexpansão do capital estiver funcionando, não há chance alguma de se desenvolver uma crise estrutural. Podem surgir todos os tipos de crise que possuam duração, frequência e consequências diferenciadas, que atinjam diretamente uma daquelas três dimensões ou até mesmo, embora somente pelo tempo em que durar o obstáculo, indiretamente a totalidade do sistema, mas nenhuma delas colocará em risco “os limites *últimos* da estrutura global” (Mészáros, 2002, p.798), os seus limites absolutos²⁶.

Uma crise não-estrutural, cíclica, afeta apenas *algumas partes* de um determinado complexo social. Portanto, embora gerem consequências severas para o funcionamento desse complexo específico, ela não coloca em xeque a reprodução da estrutura global, pois, os problemas postos por ela podem ser resolvidos “*no interior* do próprio sistema relativamente autônomo” (Mészáros, 2002, p.797), isto é,

²⁶ Para Mészáros (2002), esses limites são absolutos, porque não podem ser superados na estrutura do próprio sistema sociometabólico do capital. Veremos, como formos tratar da crise estrutural, quais as contradições que surgem com o esgotamento da fase expansiva do capital e quais os problemas que vêm desafiando a reprodução do sistema sociorreprodutivo do capital nessa nova época histórica. Uma discussão mais aprofunda sobre essa questão se encontra no capítulo IV do *Para Além do Capital*.

em uma daquelas três dimensões essenciais do capital. É por isso que o deslocamento das contradições só é possível nesses tipos de crise.

De fato, quando as crises são parciais, não importa a sua severidade, elas podem ser deslocadas “dentro dos *limites últimos ou estruturais* do sistema”, assim como “neutralizadas, assimiladas, anuladas pelas forças ou tendências contrárias, que podem até mesmo ser transformadas em força que ativamente sustenta o sistema em questão” (Mészáros, 2002, p.797). Lembremos aqui de como a política reformista da socialdemocracia se beneficiou e foi estimulada pelas garantias políticas e sociais permitidas pelo desenvolvimento capitalista durante a sua fase expansiva.

3.1 Crise de 1929-33: uma crise cíclica do capital

Conforme observa Mészáros (2002, p.803), um exemplo de uma crise cíclica do capital é a "Grande Crise de 1929-33". Esta, apesar da sua extensão e severidade, atingiu apenas parcialmente o sistema global do capital, haja vista “o estado relativamente subdesenvolvido das suas potencialidades globais na ocasião”. No entanto, para que essas potencialidades se desenvolvessem por completo, seria necessário eliminar alguns anacronismos políticos importantes, o que de fato aconteceu durante a crise.

De acordo com o autor, Marx havia chamado atenção no final da década de 1870 para o papel central que o capital norte-americano vinha desempenhando e, já naquela época, ele reconheceu que o capital dos Estados Unidos representava uma das forças mais dinâmicas do sistema. Constatação que foi comprovada a partir da década de 1920. Contudo, embora os EUA tivessem essa importância na economia capitalista, a forma da dominação política global estabelecida o condenava a ter um papel subordinado na esfera política. Este anacronismo foi, porém, superado pela “Grande Crise Mundial” de 1929 com a alteração substancial das relações de dominação política vigentes até então. Para o autor,

as pressões devastadoras dessa crise aparentemente sem fim tornaram abundantemente claro que o capital dos Estados Unidos tinha que

remodelar todo o mundo do capital à sua própria imagem, mais dinâmica, e que não havia outra alternativa, caso se quisesse superar não somente as condições críticas imediatas, mas também a perspectiva de uma depressão crônica (Mészáros, 2002, p.804).

Vale chamar atenção para o fato de que a difusão da “perspectiva radicalmente nova do colonialismo *neocapitalista* sob a hegemonia americana” representou o traço mais marcante do Discurso Inaugural de Roosevelt²⁷, de 1933 (Mészáros, 2002, p.804). Segundo o autor, Roosevelt, que é comumente celebrado pelos liberais como “homem do povo” e um dos instigadores mais fervorosos do “*New Deal*”, foi, na verdade, “um representante de visão ampla do dinamismo recém-encontrado do capital”. Ele elaborou uma estratégia global em consonância com as novas necessidades do sistema capitalista naquele momento histórico e lançou, com o mesmo dinamismo, as bases para a efetivação prática do neocolonialismo.

Tais iniciativas foram decisivas para a construção “de uma nova orientação verdadeiramente *global*” (Mészáros, 2002, p.804). Essa nova fase, fortemente marcada pelo desenvolvimento do neocolonialismo, surgiu a partir da necessidade de dar continuidade aos avanços produtivos impulsionados durante e depois da Primeira Guerra Mundial. Foi com esse objetivo que a nova estratégia global, não perdendo de vista sua referência doméstica – favorecer o desenvolvimento do capital americano –, deu prioridade à exploração sem limites de todos os territórios inexplorados do “colonialismo interno”. Daí porque o “*New Deal*” defendia fervorosamente uma economia voltada para o consumo em expansão. E foi justamente para assegurar a expansão contínua da sua base econômica doméstica que o capital americano acelerou o processo “de remoção cruel de todas as ‘barreiras artificiais’ do colonialismo passado (e do capitalismo protecionista subdesenvolvido correspondente)” (Mészáros, 2002, p.804).

Mészáros (2002, p.805) enfatiza que essa estratégia neocolonialista de conquistar a “totalidade intensiva” se apresentava também como uma concepção global ao “tentar acertar contas com a União Soviética, não só em seu próprio interesse, mas para estar em melhor posição para controlar os movimentos

²⁷ Presidente dos Estados Unidos, eleito em 1932.

anticoloniais que emergiam”. Lembremos aqui que conter o movimento revolucionário foi o principal objetivo do acordo de Stálin com os países capitalistas desenvolvidos na primeira metade do século XX²⁸.

Quanto ao desenvolvimento da nova estratégia global, Mészáros (2002) ressalta que, desde o Discurso Inaugural de Roosevelt, em 1933, acreditava-se realmente que a “totalidade intensiva” seria conquistada pela inabalável hegemonia do capital dos Estados Unidos, e que o século XX seria, sem dúvida, “o século americano”. No entanto, apesar de toda a confiança da estratégia rooseveltiana no sucesso da “nova ordem mundial”, o dinamismo econômico e o novo avanço produtivo a ele inerente só puderam se desenvolver a partir das condições criadas pela Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, pelo surgimento e pela dominação imposta pelo complexo industrial-militar²⁹. O autor assinala que o fato de o capital americano ter liderado completamente todos esses desenvolvimentos, obtendo para si a vantagem de os seus enormes *déficits* orçamentários serem pagos pelo resto do mundo, não impediu que o progresso alcançado por meio daqueles empreendimentos se estendesse e beneficiasse o “capital social total”, isto é, o sistema global, impulsionando-o para a expansão e dominação global. De acordo com Mészáros (2002, p.805), essas transformações globais proporcionaram

uma significativa *racionalização do capital global e o estabelecimento de uma estrutura de relações financeiras e econômicas* com o Estado que foi, em geral, muito mais adequada ao deslocamento das contradições do que a estrutura anteriormente existente.

A crise de 1929-33, portanto, serviu de estímulo e alterou as relações de poder estabelecidas até então, contribuindo significativamente para “o desenvolvimento das tremendas potencialidades do capital inerentes à sua

²⁸ Conforme observa Claudín (1985, p.448), este acordo, firmado com os líderes dos EUA e da Inglaterra, a partir década de 1930, sob o disfarce da luta contra o fascismo, tinha como objetivo não apenas derrotar a Alemanha de Hitler, mas também dividir o mundo entre os “três grandes”: URSS, EUA e Inglaterra. O ano de 1943 foi marcado por uma forte pressão dos chefes da coalizão anglo-americana para dissolver a IC e criar uma política que excluísse a perspectiva revolucionária. Exigência essa que foi cumprida rapidamente por Stálin. Para o autor, “secundado pelos líderes ocidentais que aplicaram fielmente a sua política, deu uma inestimável contribuição à solução do problema que, desde 1939, se colocou aos chefes do capitalismo anglo-americano: como derrotar o seu temível rival alemão preservando, simultaneamente, os centros vitais do capitalismo europeu do perigo revolucionário”.

²⁹ Como nos lembra Mészáros (2002, p.685) no capítulo XVI do *Para Além do Capital*, “ainda que os primeiros passos para encontrar uma solução para a superprodução, por meio da produção militarista, tivessem sido dados já antes da Primeira Guerra Mundial (...) sua adoção *geral* ocorreu somente após a Segunda Guerra Mundial”.

“totalidade intensiva” (Mészáros, 2002, p.805-6). Nesse sentido, ela jamais poderia ser caracterizada como uma crise estrutural do capital, ou seja, uma crise global do sistema³⁰.

Para Mészáros (2002, p.806), as modificações processadas na estrutura global do capital pela crise de 1929-33 possibilitaram, no plano externo: 1) a passagem do imperialismo multacentrado, que intervinha militar e politicamente de forma perdulária, para um sistema de dominação global, liderado pelos Estados Unidos, “mais dinâmico e economicamente muito mais viável e integrado” que o sistema anterior; 2) a criação do Sistema Monetário Internacional e de outros organismos de regulamentação das relações intercapitais, também mais racionais que os antigos sistemas de regulamentação; 3) a exportação de capitais em larga escala e a transferência de taxas de lucro para os países imperialistas, aumentando assim a dependência e subordinação dos países subdesenvolvidos; e 4) “a incorporação relativa, em graus variados, das economias de todas as sociedades pós-capitalistas na estrutura de intercâmbios capitalistas” (Mészáros, 2002, p.806).

Já no plano interno, o sucesso do capital deve ser atribuído a cinco fatores principais: 1) à expansão do capital privado por meio da utilização de diversas formas de intervenção estatal; 2) à transferência de indústrias privadas falidas, mas consideradas fundamentais para o desenvolvimento expansivo do capital, para a esfera estatal³¹; 3) ao desenvolvimento e implementação de uma economia de “pleno emprego” mantida durante a Segunda Guerra Mundial e no período pós-guerra; 4) à ampla abertura de novos mercados e ramos de produção para atender às necessidades da “economia de consumo” e, desse modo, sustentar os padrões “extremamente perdulários de consumo” criados pelo capital; e 5) ao “estabelecimento de um imenso ‘complexo industrial/militar’” (Mészáros, 2002, p.806), que se tornou o controlador e o beneficiário mais importante da intervenção

³⁰ O autor chama atenção para o fato de que algumas interpretações políticas frequentemente apontam personalidades e forças organizacionais de ter contribuído para a recuperação do sistema do capital e, principalmente, por ter ajudado para a ascensão do fascismo. No entanto, observa o autor, por mais que esses fatores políticos tenham influenciado naquelas circunstâncias, eles devem ser analisados sob “o pano de fundo de uma fase histórica essencialmente defensiva” (Mészáros, 2002, p.793). Uma consideração importante que não se pode perder de vista nessa questão é que, simultaneamente à crise de 1929-33, o capital possuía, entre outras, a opção do fascismo, opção a que ele não pode mais recorrer.

³¹ Conforme observa Mészáros (2002, p.806), tais empresas, após serem recuperadas com o auxílio financeiro do setor público e tornarem-se novamente lucrativas, são transformadas em monopólios ou quase-monopólios privados.

estatal e o responsável direto pelo “isolamento de bem mais de um terço da economia das desconfortáveis flutuações e incertezas do mercado”.

Mészáros (2002) ressalta que a realização desses empreendimentos foi muito problemática, mas, essencial para assegurar a reprodução ampliada do capital durante a sua fase expansiva³². A severidade da crise estrutural, da qual falaremos a seguir, se expressa justamente ao se constatar que vários desses desenvolvimentos já não são mais possíveis. Hoje, pelo contrário, os desdobramentos dessa crise têm apontado para a sua reversão total: uma tendência que vai do policentrismo (Japão e Alemanha, por exemplo) e do desemprego em massa³³, o que repercute diretamente na economia de consumo, à desintegração do Sistema Monetário Internacional e dos demais organismos ligados a ele.

3.2 Crise Estrutural do Capital

Como assinalamos, a crise de 1929-33, apesar de ter trazido inicialmente problemas para a acumulação capitalista, pôde ser superada mediante uma série de estratégias políticas e econômicas utilizadas pelo capital naquele momento. Isso foi possível porque, sendo uma crise cíclica, ela atingiu apenas uma das três dimensões essenciais do capital (produção, consumo, circulação/distribuição/realização), o que demonstra que ela não estava relacionada aos limites *últimos* da estrutura global, mas aos seus limites *imediatos*, os quais, segundo Mészáros, podem ser enfrentados de três formas: 1) por meio da modificação de algumas partes de um determinado complexo; 2) através da mudança global de todo o sistema ao qual estão interligados os subcomplexos, ou 3) mediante a alteração substancial da relação estabelecida entre o complexo global e os seus subcomplexos.

³² Segundo explica Mészáros no capítulo II do seu *Para Além do capital*, essa fase é comumente chamada de “anos dourados”, que vai do segundo pós-guerra (1945), até o final da década de 1960 e início da década de 1970, quando, então, emerge a crise estrutural do capital.

³³ Pimentel (2007, p.125), ao se referir ao desemprego crônico no estudo sobre o pauperismo cada vez mais crescente com o agravamento da crise estrutural ressalta que esse fenômeno “traz à tona (...) ‘as contradições e os antagonismos do sistema global do capital na forma potencialmente mais explosiva’. Por se apresentar dessa forma, todas as medidas criadas até agora na tentativa de tratar o problema do desemprego estrutural crescente, ao invés minorar o problema, só têm mais agravado essa situação”.

Conforme observa Mézáros (2002, p.796), na fase expansiva do capital, ou seja, no período que vai do segundo pós-guerra até o surgimento da crise estrutural do capital, no início da década de 1970, quase não se fazia referência às crises capitalistas. Isso se devia, por um lado, à interação entre as três dimensões essenciais do capital que permitia o deslocamento das suas contradições e, por outro, à mistificação ideológica que alimentava e difundia ideias como a “integração da classe trabalhadora” e o “triunfo do capitalismo” e que teve um papel fundamental ao apresentar o mecanismo de deslocamento das contradições como um “remédio estrutural e *solução permanente*”.

No entanto, o surgimento de uma nova crise do capital, na década de 1970, colocou mais uma vez a discussão das crises capitalistas no centro do debate. Segundo Mézáros (2002, p.797), ao contrário das crises parciais e cíclicas, uma crise estrutural emana do interior das três dimensões essenciais do capital (produção, consumo e circulação/distribuição/realização), afetando, desse modo, “a *totalidade* (...) [do] complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos”.

Para Mézáros (2002, p.796), uma crise estrutural se diferencia das crises cíclicas em quatro aspectos fundamentais: 1) “seu caráter é universal” e ela não se limita apenas a um determinado setor (comercial ou financeiro) ou a uma esfera de produção; 2) ela se estende à totalidade e não somente a um determinado número de países; 3) “sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente*”, diferentemente das crises anteriores que eram limitadas e cíclicas; e 4) o seu desenvolvimento pode ser chamado de rastejante, embora não se possa descartar o aparecimento das “convulsões mais veementes ou violentas”, quando os mecanismos utilizados na ‘administração da crise’ e “no deslocamento mais ou menos temporário das crescentes contradições” demonstrarem o seu caráter temporário ³⁴ (Mézáros, 2002, p.796).

³⁴ Segundo Mézáros (2002), de fato, não se pode negar que esses mecanismos existem e que a sua atuação é mesmo poderosa, nem tampouco subestimar a capacidade do capital de adicionar novos instrumentos aos já utilizados para a autodefesa contínua do sistema vigente. No entanto, é justamente quando se considera que essa maquinaria está sendo usada hoje com frequência crescente, mas com resultados cada vez menos eficazes, que se pode vislumbrar o grau de severidade da crise estrutural do capital.

Além disso, Mészáros (2002, p.808) esclarece que a crise estrutural do capital traz à tona quatro importantes contradições dessa nova fase histórica do capitalismo. São elas: 1) as contradições econômicas, políticas e sociais internas dos países desenvolvidos que vieram se agravando durante toda a fase expansiva do capital, e que foram provocadas, direta ou indiretamente, pela intervenção desequilibrada tanto do complexo industrial-militar, quanto do sistema de corporações transnacionais; 2) as contradições sociais, econômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas que contribuíram diretamente para a sua desintegração e, conseqüentemente, para agravar a crise estrutural do sistema global do capital; 3) o acirramento das contradições e rivalidades entre os países capitalistas mais desenvolvidos, o que vem aumentando consideravelmente a tensão na estrutura institucional estabelecida e, conseqüentemente, alargando as chances de aparecer uma “devastadora guerra comercial”; e 4) as crescentes dificuldades para continuar mantendo o sistema neocolonial de dominação, problema que se torna ainda mais grave com o aumento das contradições “geradas dentro dos países ‘metropolitanos’ pelas unidades de produção estabelecidas e administradas por capitais ‘expatriados’” (2002, p.808).

O autor alerta para o fato de que essas contradições só tendem a intensificar e não reduzir os antagonismos já existentes. Os entraves e contradições presentes nessa fase do desenvolvimento capitalista são muito mais problemáticos que aqueles da fase anterior, pois demandam intervenções na estrutura global do sistema. No entanto, ao contrário do que vem exigindo os desdobramentos da crise, as análises e soluções propostas continuam confinadas à esfera dos efeitos, considerando apenas seus aspectos parciais. Para Mészáros, dois exemplos ilustram muito bem os limites dessas análises. O primeiro está relacionado às considerações sobre o complexo industrial-militar e o segundo se refere aos problemas insolúveis do "subdesenvolvimento".

No caso do complexo industrial-militar, Mészáros chama atenção para a proposta que defende a possibilidade de se alcançar uma expansão econômica positiva mediante a transferência de parte dos recursos gastos com a despesa militar para investimentos em setores sociais importantes. Para o autor, a impossibilidade de realização dessa proposta provém tanto do peso econômico e do

poder estatal do complexo industrial-militar, quanto do fato de esse complexo ser apenas manifestação e efeito e não causa das contradições estruturais do capital.

A importância do complexo industrial-militar para o capital contemporâneo pode ser avaliada pelas duas funções essenciais que ele exerce. A primeira é transferir empresas falidas, mas importantes na estrutura global do capital, para a esfera do Estado, ou seja, para o “lucrativo financiamento estatal” (Mészáros, 2002, p.809). E ele faz isso ao mesmo tempo em que “mantém intacta a mitologia da empresa privada economicamente superior e eficiente nos custos, graças à absolvição *a priori* da perdularidade *total* e da *falência estrutural* pela ideologia de fervor patriótico”. A segunda função do complexo industrial-militar é deslocar as contradições produzidas pela *taxa decrescente de utilização*, que vem sendo gerada nos países de capitalismo “avançado”.

Diante da eficácia dos deslocamentos realizados pelo complexo industrial-militar, Mészáros (2002, p.809) afirma que, enquanto não se encontrar uma alternativa estrutural que, de fato, supere essas contradições, a proposta de realocação de recursos financeiros das despesas militares para solucionar problemas sociais importantes não passará de uma esperança vazia e que certamente “será anulada pelas determinações causais prevalecentes” (Mészáros, 2002, p. 809).

Quanto aos problemas insolúveis do “subdesenvolvimento”, aos quais alguns países são submetidos, vale salientar que há também uma proposta de se estender a esfera de operação do capital “avançado” aos países “subdesenvolvidos”, o que, segundo essa interpretação, permitiria que os recursos materiais e humanos desses países fossem ativados no interesse da autoexpansão do capital. No entanto, a debilidade dessa proposta é que ela omite o fato de que as sociedades “subdesenvolvidas” já estão totalmente “integradas ao mundo do capital”, inclusive desempenhando funções essenciais para o seu desenvolvimento. De acordo com Mészáros (2002, p.810), tais propostas ignoram, na verdade, que é impossível

manter a existência do sistema de produção absurdamente ampliado e ‘superdesenvolvido’ do capital ‘avançado’ (o qual depende necessariamente da continuação da dominação de um ‘vasto território’ de subdesenvolvimento forçado) e, ao mesmo tempo, impelir o ‘Terceiro Mundo’ a um alto nível de desenvolvimento capitalista (que apenas poderia

reproduzir as contradições do capital ocidental 'avançado', multiplicadas pelo imenso tamanho da população envolvida).

Enquanto os determinantes causais do mundo do capital estiverem se reproduzindo, o capital continuará ampliando esses problemas em escala crescente e com severidade cada vez maior. O autor enfatiza que, se para garantir a sua expansão global e manter a sua dominação como sistema socio-reprodutivo dominante, o capital tiver que resolver aquelas quatro contradições mencionadas anteriormente, então a perspectiva de ele alcançar um resultado positivo é muito pequena, mesmo que a intervenção seja apenas parcial e tenha como objetivo amenizar os efeitos da crise. Pois, como enfatiza Mészáros (2002, p.810), a tendência é

continuarmos afundando cada vez mais na crise estrutural, mesmo que ocorram alguns sucessos conjunturais, como aqueles resultantes de uma relativa 'reversão positiva', no devido tempo, de determinantes meramente *cíclicos* da crise atual do capital.

Ainda nos referindo à crise estrutural do capital, faremos algumas considerações sobre certas interpretações equivocadas a respeito do desenvolvimento e dos possíveis enfrentamentos dessa crise. Como assinalamos anteriormente, Mészáros afirma que a crise estrutural do capital emana do interior das três dimensões fundamentais do capital (produção, consumo e circulação/distribuição/realização). Contudo, o autor ressalta que as disfunções de cada uma delas, "consideradas isoladamente, devem ser distinguidas da crise fundamental de todo o sistema, que consiste no *bloqueio sistemático* das suas partes constituintes vitais" (Mészáros, 2002, p. 799).

Essa distinção é de fundamental importância, pois, considerado o peso das interconexões objetivas e das determinações recíprocas do sistema do capital, "um bloqueio temporário de um dos canais internos pode emperrar todo o sistema com relativa facilidade, criando desse modo a *aparência* de uma crise estrutural" (Mészáros, 2002, p. 799). O autor observa que o fato de não ter dado importância para essa distinção fundamental entre um bloqueio temporário e o desenvolvimento de uma crise estrutural do capital levou Stálin a fazer uma "avaliação fatalmente otimista" da crise do final da década de 1920, equívoco que trouxe graves

consequências tanto para o processo revolucionário na União Soviética, quanto para os países comunistas dos demais países.

Outra característica essencial do sistema vigente e que deve ser levada em conta na análise das possibilidades de superação da crise atual é a de que “o capital é uma força extremamente eficiente para mobilizar os complexos recursos produtivos de uma sociedade muito fragmentada” (Mészáros, 2002, p.807). Na verdade, lidar com a fragmentação é uma de suas principais habilidades. Entretanto, devido à sua constituição interna, ele não pode ser um sistema de emergência unificadora, nem mesmo a longo prazo.

Por isso, as tentativas autoritárias que se utilizam do argumento de que o capital conseguirá resolver os problemas decorrentes do agravamento da crise estrutural por meio da sua força repressiva, embora tenham algum sucesso num curto prazo, não podem se sustentar por muito tempo. Isso porque os problemas estruturais postos por essa crise se apresentam como verdadeiros entraves no sistema global de produção e distribuição, o que exige “remédios estruturais adequados, e não a sua multiplicação pelo adiamento e pela repressão forçados” (Mészáros, 2002, p.808).

Segundo o autor, outra concepção também equivocada é aquela que associa a crise estrutural unicamente aos limites absolutos do sistema capitalista. Na realidade, todas as três dimensões internas do capital possuem os seus limites absolutos. No que se refere à produção, por exemplo, poderíamos identificar tais limites “no colapso total do suprimento de certas matérias-primas fundamentais” (Mészáros, 2002, p.799), e assim por diante. No entanto, embora essa questão seja importante, ela deixa de considerar algumas características fundamentais da crise estrutural.

Para Mészáros (2002, p.799), a crise do capital que estamos vivenciando, desde os anos 1970, não está de modo algum restrita aos limites absolutos do sistema socio-reprodutivo vigente. Ela vai muito além disso, pois traz à tona o fato de que a tripla dimensão interna do capital (produção, consumo, circulação/distribuição/realização) apresenta “perturbações cada vez maiores”. Essas perturbações não se referem apenas à tendência de essas três dimensões essenciais do capital romperem o seu processo normal de crescimento, mas

também evidenciam as dificuldades crescentes do capital em continuar deslocando as suas próprias contradições. Vale salientar que

enquanto a reprodução ampliada de cada uma pudesse continuar imperturbada – isto é, enquanto fosse possível cavar buracos cada vez maiores para encher com a terra assim obtida os buracos menores cavados anteriormente –, não só cada uma das dimensões internas contraditórias poderia ser fortalecida separadamente como elas também poderiam funcionar em uma harmonia ‘contrapontual’ (Mészáros, 2002, p.799).

No entanto, a situação se altera completamente quando os objetivos de cada uma daquelas dimensões deixam de coincidir com os das demais. A partir de então, as perturbações e “disfunções” antagônicas, que antes eram absorvidas e dissipadas, tornam-se cumulativas, estruturais, bloqueando, dessa forma, o complexo mecanismo responsável pelo deslocamento das contradições do sistema. Portanto, o que antes era considerado apenas “disfuncional” passa a ser agora “potencialmente explosivo”.

Esse quadro se agrava ainda mais porque, conforme constata o autor, o capital jamais conseguiu resolver qualquer uma de suas contradições. Na verdade, a forma que ele encontrou para lidar com as contradições que surgiam ao longo do desenvolvimento do seu sistema sociometabólico foi

intensificá-las, transferi-las para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las quando possível e, quando elas não puderem mais ser suprimidas, exportá-las para uma esfera ou um país diferente. (Mészáros, 2002, p.800).

Daí o bloqueio crescente tanto do deslocamento, quanto da exportação das contradições ser tão perigoso para a reprodução contínua do capital. Enquanto as crises cíclicas demandavam apenas mudanças parciais em alguns dos complexos do sistema em crise, a crise estrutural exige modificações no sistema global. É nesse sentido que o autor afirma que uma crise estrutural coloca em xeque “a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo” (Mészáros, 2002, p.797).

Além disso, Mészáros enfatiza que a crise estrutural não se restringe à esfera socioeconômica. Dada a complementaridade entre o capital e sua esfera de comando político, o Estado, a crise atual se constitui, ao mesmo tempo, numa crise

global da política³⁵. Uma das expressões mais evidentes dessa crise global da política foi a desestruturação do Estado de Bem-Estar Social no início da década de 1970, quando, então, surge a crise estrutural do capital.

Nessa nova fase histórica inaugurada pela crise estrutural, o agravamento da crise estrutural tem exigido “garantias políticas” muito mais poderosas que no período anterior, porém o Estado capitalista, nesse momento de crise, não pode mais oferecê-las. Segundo o autor, o desaparecimento do Estado de Bem-Estar Social traz à tona o fato de que a crise estrutural de todas as instituições políticas já vem se desenvolvendo desde o início da década de 1970.

Vale ressaltar também que a crise estrutural do capital não se esgota na crise das instituições políticas, ela vai muito além: reverbera por todas as esferas de atividades e relações humanas³⁶, expressando-se, portanto, como “uma verdadeira *crise de dominação em geral*”.

Se, na sua época, Marx ainda podia se referir à “grande influência civilizadora do capital”, hoje, com o agravamento da crise estrutural, a tendência de que todas as necessidades e aspirações humanas devem estar subordinadas à reprodução ampliada do capital tem se afirmado com força cada vez maior. Para Mészáros (2002, p.800), a influência civilizadora do capital cessa justamente quando a lógica interna dessa forma de reprodução do capital “encontra seu obstáculo nas necessidades humanas”. Como observa o autor,

em 1981, o orçamento militar nos Estados Unidos chega a 300 bilhões de dólares, (e quem sabe quanto mais além disso, sob vários outros disfarces orçamentários), e isso desafia a compreensão humana. Ao mesmo tempo, os serviços sociais mais elementares são submetidos a duros cortes: uma medida verdadeira do ‘trabalho civilizador’ do capital hoje. Contudo, até mesmo tais somas e cortes estão muito longe de ser suficientes para permitir ao capital seguir imperturbável o seu caminho: uma das provas evidentes da crise de dominação (Mészáros, 2002, p.801).

³⁵ Conforme observa Mészáros (2004, p.424) em seu livro *O Poder da Ideologia*, “a crise estrutural do capital é simultaneamente a crise da socialdemocracia ocidental, pois esta última sustentou ativamente o capital durante quase um século, mesmo durante a Primeira Guerra Mundial e durante as insurreições revolucionárias que a seguiram”

³⁶ Como ressalta Lessa (2007), “não há no mundo em que vivemos nada, rigorosamente nada, que não se encontre em uma profunda crise. Nenhum dos complexos sociais, da família ao clube de futebol, do emprego à culinária, da moda à religião, do Estado às individualidades, da produção de mais-valia ao gênero humano, do complexo da política à medicina – nenhum complexo social está isento de uma crise dos seus pressupostos fundantes”.

Como expressão também dessa lógica perversa do desenvolvimento capitalista, os desdobramentos da crise estrutural vêm exigindo “a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões desperdiçados” (Mészáros, 2002, p.801). Na realidade, manter “milhões de excluídos e famintos, quando os trilhões desperdiçados poderiam alimentá-los mais de *cinquenta vezes*” constitui uma das provas mais evidente da negação do capital às necessidades humanas.

A perversidade reproduzida pelo sistema do capital pode ser verificada também em outras esferas da atividade humana. O autor assinala que a literatura sociológica se dedicou durante várias décadas à análise do que os seus teóricos chamam de “conflito de gerações”. Tendo por base a tese do “fim da ideologia”, eles procuravam transformar os graves indicativos das contradições de classe em pura “rebelião da juventude” (Mészáros, 2002, p.801). Para tais teóricos, as dificuldades postas pela “natureza” (e a noção de geração só poderia ser uma “categoria da natureza”) seriam, sem dúvida, solucionadas pelo capital.

Contudo, o que vem acontecendo é totalmente o oposto do que sustentam esses teóricos, pois o capital não é apenas incapaz de solucionar o conflito real de gerações como ele o gera “em escala crescente”. Hoje, se por um lado, nega-se oportunidade de trabalho para milhões de homens, por outro, vem aumentando o número de idosos que se tornam dependentes das doações aos necessitados e, ao mesmo tempo, outras milhões de pessoas, preocupadas em assegurar uma “aposentadoria precoce”, acabam sendo alvo da pressão e exploração do capital financeiro. Um reflexo deteriorante da reprodução do conflito real de gerações é que

o grupo etário da ‘geração útil’ está encolhendo para uma faixa entre 25 e 50 anos, opondo-se objetivamente às ‘gerações indesejadas’, condenadas pelo capital à inatividade obrigada e à perda da sua humanidade (Mészáros, 2002, p.802).

Mészáros (2002, p.802) constata que estamos, portanto, diante “de uma contradição interna insolúvel do próprio capital” e que, para resolver esse problema do papel do trabalho no sistema do capital “superdesenvolvido”, seria necessário realizar uma reestruturação fundamental nas condições imediatas de trabalho, assim como no conjunto da vida social.

Porém, enquanto não acontece essa reestruturação, o capital continua se desenvolvendo e agravando as suas próprias contradições. Desse modo,

ele tanto cria como destrói a família; produz a geração jovem economicamente independente com sua 'cultura jovem' e a arruína; gera as condições de uma velhice potencialmente confortável, com reservas sociais adequadas, para sacrificá-las aos interesses de sua infernal maquinaria de guerra (Mészáros, 2002, p.802).

E “se não fosse pelo fato de que o capital necessita do trabalho vivo para sua autorreprodução ampliada, o pesadelo do holocausto da bomba de nêutrons certamente se tornaria realidade” (Mészáros, 2002, p.802). No modo de produção capitalista, a força de trabalho, ao ser comprada pelos proprietários dos meios de produção e de subsistência, tem como objetivo principal a valorização do capital investido, por isso, sua atividade está voltada para a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que foi pago ao trabalhador. Dessa forma, a produção capitalista é direcionada não para a satisfação das necessidades do trabalhador e do consumidor das mercadorias, mas para a geração de mais-valia, para assegurar o progresso contínuo da acumulação do capital. Nesse sentido, o autor afirma que, no sistema do capital, “seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos”.

A desumanização inerente à lógica do desenvolvimento capitalista aparece também bastante explícita na luta crescente pela liberação das mulheres. Não se pode negar que o avanço produtivo do capital foi decisivo para a abolição dos fundamentos econômicos que justificavam a opressão das mulheres. Todavia, e é precisamente aqui que se percebe a contradição, “o capital ajuda a liberar as mulheres para melhor explorá-las como membros de uma força de trabalho muito mais variada e convenientemente ‘flexível’” (Mészáros, 2002, p.802). Essa exploração da força de trabalho feminina não impede, porém, que o capital continue mantendo também a subordinação social das mulheres num outro campo essencial para assegurar a dominação do capital, isto é, na reprodução da força de trabalho, responsável por garantir a perpetuação da estrutura familiar predominante.

Para Mészáros (2002, p.803), como o que interessa para o capital é manter a sua dominação e como “qualquer coisa que não possa ser mantida estritamente dentro dos limites fixados pela busca do lucro deve ser reprimida”, os sucessos da

liberalização das mulheres logo começam a ser revertidos em vantagens para o capital: as mulheres estão entre os primeiros grupos de trabalhadores a ficar desempregados ou a se submeter aos empregos temporários com baixa remuneração.

Uma vez que a família é o verdadeiro microcosmo da sociedade – cumprindo além de suas funções imediatas, a necessidade de assegurar a continuidade da propriedade, à qual se acrescenta o seu papel como unidade básica de distribuição e sua capacidade de agir como a ‘correia de transmissão’ da estrutura de valor predominante na sociedade –, a causa da liberação das mulheres afeta direta ou indiretamente a totalidade das relações sociais em toda a sua fragilidade (Mészáros, 2002, p.803).

A nova fase histórica que se inicia com a crise estrutural tanto aguça as pressões por mudanças nas relações familiares, o que, segundo Mészáros, é impossível de se realizar enquanto predominar a atual estrutura familiar, como aumenta as pressões no sentido contrário, ou seja, para restaurar os antigos valores da família patriarcal. São, portanto, “a presença e a intensidade simultâneas de forças que pressionam irresistivelmente em direções opostas que fazem da atual crise estrutural do capital uma verdadeira crise de dominação” (Mészáros, 2002, p.803).

Além disso, como vimos, o bloqueio da expansão dinâmica do capital, no início da década de 1970, provocou o colapso do Estado de Bem-Estar Social e das Estratégias de Pleno Emprego. Desse modo, uma das principais consequências da crise estrutural do capital é o esgotamento da fase das conquistas defensivas do trabalho, significando que, como o autor assinalou em outros momentos, sob essas novas condições não “apenas novos ganhos defensivos do trabalho estão fora de questão, como muitas das concessões do passado devem ser gradualmente extorquidas” (Mészáros, 2002, p.844).

Após assinalarmos a análise de Mészáros sobre a natureza da política no sistema do capital, chamando atenção para os limites das reformas instituídas no seu interior e pontuando as determinações objetivas do capital que inviabiliza a realização da proposta de reforma gradual da socialdemocracia, caracterizamos, sempre segundo Mészáros, a fase das lutas defensivas do trabalho e sua capitulação reformista, bem como demos ênfase à argumentação do autor sobre as

diferenças fundamentais entre uma crise cíclica e uma crise estrutural do capital. No próximo capítulo, veremos quais as repercussões da crise estrutural do capital sobre o movimento do trabalho, e como ela traz à tona o esgotamento da fase das lutas defensivas e a atualidade da ofensiva socialista.

CAPÍTULO II

A NECESSIDADE DA OFENSIVA SOCIALISTA

Neste capítulo, veremos inicialmente, quais as repercussões da crise estrutural do capital sobre o movimento da classe trabalhadora e como, nesta fase, têm aumentado consideravelmente as pressões contra o trabalho como antagonista estrutural do capital. Além disso, assinalaremos as dificuldades encontradas atualmente pelo sistema do capital para manter a atual forma parlamentar de representação e como a crítica radical da política, em especial do parlamento, constitui uma condição essencial para o avanço da luta pela transformação dessa ordem sociometabólica.

Posteriormente, veremos por que, nessa nova fase histórica, o movimento do trabalho precisa compreender os limites das estratégias utilizadas pelo capital para enfrentar a sua crise estrutural, principalmente o uso sem limites de medidas repressivas. Assinalaremos também as diferenças fundamentais entre o pluralismo socialista e o falso pluralismo do capital, chamando atenção para a importância do reagrupamento das diversas forças socialistas em torno de uma perspectiva que desafie o poder material do capital.

Por fim, enfatizaremos a necessidade de, na sua luta contra o sistema sociometabólico vigente, o trabalho contrapor à dominação do capital um movimento extraparlamentar que realmente coloque em xeque a continuidade desse sistema. Para o autor, a crise estrutural traz à tona o esgotamento da fase das lutas defensivas do trabalho e põe as possibilidades objetivas para a construção de uma ofensiva socialista. No entanto, nessa nova fase, as estratégias e os instrumentos de luta socialista continuam estruturados defensivamente. Daí Mészáros chamar atenção para a necessidade de a estrutura prático/institucional da estratégia socialista se reestruturar para responder às novas condições objetivas. São, pois, essas questões que discutiremos ao longo deste capítulo.

1. O esgotamento da fase das conquistas defensivas do trabalho e as repercussões da crise estrutural sobre o movimento do trabalho

Segundo Mészáros (2002, p.831), na segunda metade do século XX, Norberto Bobbio foi o teórico que mais defendeu as garantias legislativas, posicionando-se contra o abuso do poder político e a violação dos direitos humanos. Assim, reconhecendo as desumanidades cometidas pela União Soviética em nome do socialismo e posicionando-se contra o sistema implementado por Stálin, Bobbio reuniu “os melhores traços do liberalismo com as aspirações do socialismo democrático” num arcabouço teórico que tinha como pressuposto fundamental a introdução de melhorias dos direitos humanos por intermédio do sistema legislativo parlamentar.

As melhorias propostas por Bobbio, como assegurar o direito à liberdade, ao trabalho e à previdência social, apesar de serem necessidades elementares de diversas camadas populacionais, têm sido cada vez mais difíceis de serem asseguradas pelo sistema parlamentar nesse período de crise estrutural do capital. Como o agravamento dessa crise tem demandado ataques frequentes ao que ainda resta de resquícios do Estado de Bem-Estar Social e aumentada ainda mais a necessidade do capital de explorar e subordinar tudo à sua acumulação lucrativa, somente desafiando esses desenvolvimentos, por meio de um confronto com os interesses materiais e políticos do capital, é que “seria possível até mesmo a decretação parlamentar das garantias e dos direitos advogados” por Bobbio (Mészáros, 2002, p.832). Segundo o autor,

seria um milagre que um sistema de controle reprodutivo estruturalmente incapaz de planejar e impedir o impacto nocivo do seu próprio modo de operação pudesse codificar e respeitar, até mesmo no curtíssimo prazo, os direitos das gerações futuras em conflito com seus imperativos materiais.

Essas constatações não invalidam o argumento de Bobbio, segundo o qual a esquerda precisa lutar para tornar “as pessoas conscientes” da importância desses problemas. Entretanto, como vimos, a viabilidade ou não da realização das políticas e direitos sociais mencionados por Bobbio precisa ser avaliada não por meio da conscientização dos movimentos de esquerda sobre a importância de lutar pela

manutenção dessas conquistas fundamentais para os trabalhadores, mas a partir dos limites impostos pelo sistema do capital às políticas implementadas no seu interior. Nesse sentido, a estruturação e o modo de funcionamento desse sistema impedem que as instituições legislativas solucionem os problemas reprodutivo-materiais mencionados pelo filósofo italiano. Isso porque, como constata Mészáros (2002, p.831),

a melhoria das condições existentes, por meio de direitos formalmente garantidos, advogada por Bobbio, tem se tornado progressivamente mais dependente das mudanças das determinações e imperativos *materiais* do sistema do capital.

Daí a importância de analisarmos as modificações processadas na esfera política, com o agravamento da crise estrutural, como expressões de mudanças ocorridas na base material do capital.

No que se refere à crise estrutural do capital, Mészáros (2002, p.844) observa que ela trouxe à tona o bloqueio da expansão dinâmica do capital e que isso vem provocando um ataque direto às conquistas defensivas do trabalho. Faz-se necessário enfatizar que, ao longo do desenvolvimento capitalista, conquistas defensivas só foram permitidas nas fases de expansão do capital e, mesmo assim, estavam restritas à sua margem de concessão, podendo ser facilmente transformadas em vantagens para ele. Nesse sentido,

devido à sua própria natureza, [elas] eram apenas *concessões conjunturais* realizadas sob condições favoráveis ao próprio capital e somente na qualidade de 'glória reflexa' eram proveitosas também para o trabalho (Mészáros, 2002, p.844).

Mészáros sintetiza, nessa frase, a sua interpretação sobre a natureza das políticas sociais e das concessões feitas pelo capital nos seus períodos de expansão lucrativa. Ao contrário de vários teóricos marxistas e socialdemocratas, que afirmam serem a ampliação dos direitos sociais e das políticas públicas conquistas obtidas unicamente pela pressão exercida pelos movimentos dos trabalhadores ao capital, Mészáros considera a importância da luta dos trabalhadores, a qual vinha se fortalecendo desde as revoluções de 1848, na França, e que culminou posteriormente em grandes levantes revolucionários: a Comuna de Paris de 1871, a Revolução Russa de 1917 e Revolução Alemã (1918-1923), entre outros. No

entanto, o autor chama atenção para o fato de que aquelas políticas e direitos sociais obtidos pelos trabalhadores foram “concessões conjunturais” permitidas pelo capital em determinada fase do seu desenvolvimento e, como não ameaçava a sua acumulação lucrativa, puderam ser concedidas aos trabalhadores. A comprovação de que as concessões feitas pelo capital aos trabalhadores são indissociáveis das suas fases de expansão lucrativa evidenciou-se nitidamente com o surgimento da crise estrutural do capital.

Com o bloqueio da expansão dinâmica do capital e o aparecimento da crise estrutural na década de 1970, veio à tona o colapso do Estado de Bem-Estar Social e das Estratégias de Pleno Emprego. Assim, como há uma relação de complementaridade entre o sistema do capital e sua estrutura de comando político, o Estado, a crise estrutural do capital constitui, ao mesmo tempo, uma crise global da política.

Por isso, o autor considera que a desestruturação do Estado de Bem-Estar Social e a completa capitulação da socialdemocracia constituem uma das expressões mais evidentes do surgimento da crise estrutural do capital e, portanto, do esgotamento da fase histórica das concessões expansionistas do capital. De fato, “com o fim da ascensão histórica do capital, praticamente inexistem margem de reforma em favor do trabalho” (Mészáros, 2002, 826). O agravamento da crise estrutural do capital não somente vem reduzindo as chances de o movimento da classe trabalhadora obter novos ganhos defensivos, como impõe também que as concessões do passado sejam, pouco a pouco, aniquiladas.

Mészáros alerta para o fato de que a velocidade com que esses ganhos defensivos serão retirados do trabalho dependerá fundamentalmente do grau de desestabilização “na continuidade da autorreprodução do capital”. É isso, pois, que ainda mantém moderada

a tendência à equalização da taxa diferencial de exploração³⁷ nos países de capitalismo avançado, ao menos enquanto o capital social total dos países envolvidos tiver fôlego para compensar essas concessões por meio da dominação neocolonial sobre áreas do planeta que oferecem ao ‘capital metropolitano’ (...) uma margem de lucro bem mais alta (Mészáros, 2002, p.844).

³⁷ Mészáros se refere às diferentes taxas de exploração do capital nos países de capitalismo avançado e nos países de terceiro mundo.

Porém, não se pode esquecer que esses paliativos serão apenas temporários e devem ser “removidos com o desdobramento da crise estrutural” (Mészáros, 1985, p.844). No que se refere às mudanças que vêm ocorrendo na política, o autor constata que elas só podem ser entendidas

dentro da estrutura abrangente dos processos de reprodução material e cultural, pois é esta que exige o cumprimento de determinadas, porém mutáveis, funções da esfera política no curso das transformações históricas e dos ajustes da autoafirmação da ordem sociometabólica dominante como um todo (Mészáros, 2002, p.821).

Nesse sentido, a compreensão desse problema não deve se limitar à análise das instituições políticas, pois esse tipo de estudo tende a explicar as modificações realizadas na estrutura parlamentar apenas como mudanças processadas na máquina eleitoral e nas demais práticas parlamentares. Consequentemente, esse tipo de análise tende a procurar soluções para esse problema “nos limites do próprio domínio político parlamentar”.

O século XX foi fortemente marcado pelo crescimento das forças e procedimentos “extra-econômicos”, os mesmos que eram considerados estranhos à natureza do capital na época de sua ascensão histórica. Quando irrompeu a crise estrutural do capital na década de 1970, os representantes da “direita radical” abandonaram a forma keynesiana de intervenção estatal. Porém, eles não esperavam que os desdobramentos da crise estrutural exigiriam uma intervenção do Estado nos processos socioeconômicos tão grandiosa quanto a que ocorreu durante a vigência do Estado de Bem-Estar Social. A única novidade foi que,

adicionada à generosa ajuda ao *big business* – desde enormes incentivos fiscais até práticas corruptas de ‘privatização’, desde abundantes fundos de pesquisa (especialmente em proveito do complexo militar-industrial) à facilitação mais ou menos aberta da tendência ao monopólio –, a ‘direita radical’ precisou impor também uma série inteira de leis repressivas sobre o movimento dos trabalhadores (Mészáros, 2002, p.822).

Essas leis repressivas não foram impostas de uma só vez, mas introduzidas paulatinamente pelos “parlamentos democráticos” até chegar ao ponto de o estreitamento da margem de acumulação do capital, consequência direta do

agravamento da crise estrutural, exigir até mesmo a negação dos ganhos defensivos obtidos pela classe trabalhadora na fase expansiva do desenvolvimento capitalista.

Além disso, o estreitamento da margem de acumulação lucrativa do capital atingiu diretamente a ação do movimento da classe trabalhadora, pois, por um lado, alterou as relações de emprego formal e aumentou o número de pessoas desempregadas e subempregadas e, por outro, as leis repressivas impostas pelos denominados “parlamentos democráticos” contra o trabalho reduziu significativamente as possibilidades de ação autodefensiva dos trabalhadores. Segundo o autor, uma prova disso é o aumento, nas últimas décadas, da pressão das medidas legislativas sobre os órgãos de defesa e as formas tradicionais de luta da classe trabalhadora (Mészáros, 2002).

Como vimos no primeiro capítulo, os instrumentos de luta são partes integrantes do círculo institucional do capital, por isso, eles não podem servir como mediação na luta contra o capital. Assim, o funcionamento dos partidos políticos do trabalho, que são uma das organizações de luta da classe trabalhadora no ocidente, tal como as outras organizações, “exclui qualquer possibilidade de até mesmo se levantar a questão da mudança do controle sociometabólico estabelecido”: “toda atividade política parlamentar está condenada – tanto no governo como na oposição – à estabilização ou restabilização do sistema do capital” (Mészáros, 2002, p.825-6).

É, portanto, por responder a essa determinação essencial do sistema do capital que as políticas parlamentares vêm, já há bastante tempo, se empenhando em desproteger o trabalho não de forma aberta e transparente, mas “em termos substantivos”, por meio da anulação das conquistas obtidas pelos partidos e sindicatos da classe trabalhadora (Mészáros, 2002, p.826).

Se, na fase defensiva, a política parlamentar teve sua base de sustentação na pluralidade de capitais e “na margem de ganhos relativos que poderiam caber também à classe trabalhadora”, nesta nova fase, ela tem se transformado numa “espécie de *conspiração* contra o trabalho como antagonista do capital”³⁸ (Mészáros, 2002, p.825). Como a crise estrutural do capital se expressa ao mesmo tempo numa

³⁸ Vale ressaltar que essa conspiração tem se dado “não tanto *entre* partidos, mas *no interior* de cada um deles”, inclusive no interior dos partidos socialdemocratas. Um fato que agrava ainda mais essa situação é o de que a constituição interna e o modo de funcionamento desses partidos não admitem sequer que se levante a questão “da mudança do controle sociometabólico estabelecido” (Mészáros, 2002, p.826).

crise global da política, a tendência é que haja uma imposição ainda maior de políticas regressivas sobre os trabalhadores.

Quanto à redução da margem de ação do movimento do trabalho, Mészáros salienta que ela não tem sido imposta apenas pelas políticas parlamentares, mas é uma tarefa atribuída a todas as instituições políticas do sistema do capital. Nesse sentido,

o que seria supostamente uma das principais garantias democráticas – o ‘Judiciário independente que nada teme’ – continua a demonstrar, em toda ocasião possível, capacidade ‘independente’ de impor as leis repressivas do ‘Parlamento democrático’ contra o trabalho, em completa harmonia com os interesses e imperativos da ordem estabelecida (Mészáros, 2002, p.826).

Para Mészáros (2002, p.827), essas constatações servem para ratificar a tese de que “a *‘separação dos poderes’ sob a dominação do capital significa somente uma coisa: a separação institucionalizada e legalmente imposta entre o poder e o trabalho e seu exercício contra os interesses do trabalho*”. Conforme observa o autor, é, pois, a desigualdade entre capital e trabalho que rege essa relação e o modo de funcionamento das instituições políticas do sistema vigente e permite que a pluralidade do capital seja “adequadamente representada na estrutura parlamentar”. Na realidade, enquanto estiver no controle sociometabólico do sistema dominante, o capital sempre representará “*de fato e objetivamente, o poder socioprodutivo do trabalho*” (Mészáros, 2002, p.854). Assim sendo, enquanto permanecer como sistema sociorreprodutivo dominante, o capital nem poderá compartilhar, nem tampouco transferir os seus poderes socioprodutivos para o trabalho.

Como assinalamos no capítulo anterior, o trabalho não pode ser representado no parlamento e, por mais que o movimento da classe trabalhadora se esforce para modificar essa situação por meio de conquistas graduais, “nenhuma reforma política nos parâmetros do sistema existente permitiria sonhar em alterar essas relações de poder material” (2002, p.854).

Essa impossibilidade de as reformas políticas alterarem as relações de poder material do capital é reforçada ainda mais pelo fato de o sistema dominante legitimar-se constitucionalmente mediante a “*inversão historicamente constituída do atual estado de coisas*” que permite ao capital apresentar-se como o poder produtivo

da sociedade, ou seja, “como condição necessária e objetiva da reprodução societária”, bem como afirmar-se “como o fundamento constitucional de sua própria ordem política” (Mészáros, 2002, p.855). Conforme lembra-nos o autor, o capital legitimou-se constitucionalmente por meio da expropriação dos produtores dos seus antigos “instrumentos e materiais de trabalho”. Por isso, a legitimidade do sistema apresentada pelo capital é, na realidade, totalmente inconstitucional.

No entanto, essa verdade é constantemente omitida pelo desenvolvimento e afirmação do sistema do capital como modo de produção legítimo e inquestionável do ponto de vista da produtividade social, como um sistema sociometabólico que só permite a modificação de alguns aspectos parciais de sua estrutura global e que precisa ocultar constantemente “o poder produtivo do trabalho efetivamente exercido e sua necessidade absoluta para assegurar a reprodução do próprio capital” (Mészáros, 2002, p.855). Isso é possível porque, por um lado, omite-se a gênese histórica da “não legitimável” acumulação primitiva do capital³⁹ que possibilitou o aparecimento do modo de produção capitalista e, por outro, porque as relações produtivas são mistificadas. Como nos recorda Marx:

‘as condições objetivas do trabalho não aparecem como subsumidas ao trabalhador, ao invés disso, é ele que aparece subsumido àquelas. *O capital emprega o trabalho*. Mesmo na sua simplicidade, essa relação é uma personificação de coisas e uma reificação de pessoas’ (Marx *apud* Mészáros, 2002, p.855).

Faz-se necessário enfatizar que nenhuma dessas características objetivas do sistema do capital pode ser modificada por meio de uma reforma política, tampouco o trabalho poderia assumir o controle do sistema sociorreprodutivo mediante a instituição de algum decreto político⁴⁰.

³⁹ Mészáros faz referência aqui à análise de Marx, apresentada no capítulo XXVI de *O Capital*, sobre o processo histórico violento que exigiu, em primeiro lugar, a expropriação dos camponeses de sua base fundiária e, em segundo, sua transformação em trabalhadores assalariados, ou seja, em trabalhadores que nada possuíam para vender senão sua força de trabalho. Vale ressaltar que essa transformação foi fundamental para a consolidação do modo de produção capitalista, uma vez que possibilitou o fornecimento de mão-de-obra para a indústria nascente.

⁴⁰ Como nos lembra Luxemburgo (1990, p.103) em seu livro *Reforma ou Revolução*, nenhuma lei “obriga o proletariado a submeter-se ao jugo do capital”, mas é a miséria e o fato de ele não possuir os meios de produção, que o obriga a vender a sua força de trabalho. Desse modo, “é impossível transformar as relações fundamentais da sociedade capitalista, que são as da dominação de uma coisa por outra, com as reformas legais que respeitarão o seu fundamento burguês; essas relações não são produto de uma legislação burguesa, não se encontram traduzidas em leis”.

De acordo com Mészáros (2002, p.856), as relações de poder material não podem ser modificadas por meio de decretos nem de reformas políticas, porque “o capital é a *força extraparlamentar par excellence* que não pode ser politicamente limitada em seu poder de controle sociometabólico”. É por isso que a única forma de representação política compatível com o seu funcionamento é aquela que, realmente, mantém incontestável o seu poder material. E é porque a política parlamentar segue à risca essa determinação estrutural do sistema sociometabólico vigente que o capital não precisa se preocupar com as reformas implementadas no seu interior. Segundo o autor, o poder do capital apenas seria desafiado se o trabalho assumisse as funções produtivas do sistema sociometabólico e adquirisse, ao mesmo tempo, o comando sobre todas as esferas significativas de tomada de decisão política.

Essa observação é de suma importância, pois, como nos lembra Mészáros (2002), o poder do capital não se restringe às funções produtivas; ele abrange também o controle da esfera política, isto é, o comando material do capital é complementado pelo comando político global do sistema, o Estado Moderno, e este é imprescindível para garantir a sua expansão e reprodução como sistema sociometabólico dominante.

Conforme enfatizamos no capítulo anterior, o sistema do capital é composto de “elementos incorrigivelmente centrífugos”, os quais são “complementados pela dimensão coesiva do poder de controle da ‘mão invisível’, e das funções legal e política do Estado moderno” (Mészáros, 2002, p.848). É essa relação de complementaridade entre a base socio-reprodutiva e a esfera política do capital que assegura que as políticas parlamentares e as reformas sociais não ultrapassem os limites impostos pelas determinações objetivas da ordem social vigente. E isso explica por que a proposta da socialdemocracia, de instituir o socialismo por meio de reforma gradual no sistema capitalista, estava condenada ao fracasso desde o início.

De acordo com Mészáros, além da degradação da política parlamentar e da derrota da proposta de reforma gradual da socialdemocracia, outro acontecimento que marcou de forma ponderável o século XX foi o fracasso das sociedades pós-

capitalistas⁴¹ em se constituírem como alternativa à ordem socio-reprodutiva e política do capital.

Segundo o autor, as sociedades pós-capitalistas fracassaram justamente porque tentaram substituir os elementos particulares e conflitantes do sistema herdado por uma estrutura de comando centralizada num Estado político autoritário. Elas, na verdade, deveriam ter resolvido o problema do caráter centrífugo das unidades particulares do capital por meio da reestruturação interna e “da instituição do *controle democrático substantivo*”. Mas, como não resolveram esse problema, a natureza contraditória e centrífuga se impôs sob a forma da política de controle centralizada, o que acabou exigindo o aumento considerável da exploração do trabalho.

O resultado disso tudo foi nada mais do que o aumento da incontrolabilidade do sistema sociometabólico. Isso trouxe à tona o fracasso completo da tentativa das sociedades pós-capitalistas de substituir “a ‘mão invisível’ da antiga ordem socio-reprodutiva pelo autoritarismo voluntarista das novas personificações ‘visíveis’ do capital pós-capitalista” (Mészáros, 2002, p.848):

o fato de a força de trabalho ter sido submetida a um cruel controle político e, às vezes, até à desumana disciplina dos campos de trabalho de massas não significou que as personificações do capital de tipo soviético estivessem no controle do sistema (Mészáros, 2002, p.848).

Pelo contrário, o sistema pós-capitalista de tipo soviético permaneceu não só incontrolável, mas também “incapaz de produzir um controle democrático substantivo de suas unidades produtivas e distributivas” (Mészáros, 2002, p.848).

Ao tratar das causas do fracasso tanto da socialdemocracia em instituir o socialismo, por meio de reformas graduais no sistema capitalista, quanto da experiência soviética em substituir a força centrífuga do capital pela instauração de um Estado autoritário, Mészáros (2002, p.852) atenta para o fato de que essa derrota não pode ser limitada ao fracasso pessoal dos representantes políticos do trabalho, nem às personificações do capital nas sociedades pós-capitalistas. Ou seja, esse problema não pode ser creditado unicamente a falhas pessoais ou à não

⁴¹ Mészáros se refere às sociedades de tipo soviética, ou seja, à experiência da União soviética nos países do leste europeu.

resistência desses representantes políticos “às tentações das gratificações oferecidas às suas posições privilegiadas”. Ele vai muito além disso, pois

como chefes ou ministros de governo, eles [os representantes políticos] supostamente deveriam ser capazes de controlar politicamente o sistema, mas nada fazem de semelhante, pois operam no interior da esfera política, predeterminada *a priori* a favor do capital pelas estruturas de poder existentes do seu modo de reprodução sociometabólico. Sem desafiar radicalmente e desalojar materialmente as estruturas profundamente enraizadas do modo de controle sociometabólico do capital, a *capitulação* ao poder do capital é apenas uma questão de tempo (Mészáros, 2002, p.852).

Veremos na conclusão deste trabalho como essa tese de Mészáros sobre o fracasso da esquerda histórica diverge fundamentalmente da compreensão de outros teóricos, como Loureiro (2005) e Claudín (1985). Por enquanto, basta assinalarmos que a análise de Mészáros está centrada nas determinações objetivas do sistema do capital e é a partir da crítica radical desse sistema que ele analisa as reais possibilidades do sucesso das propostas de mudança na ordem socio-reprodutiva vigente.

Essa discussão sobre a natureza do poder econômico e político do capital é importante porque nos ajudará a entender, em primeiro lugar, os limites das medidas implementadas pelo capital para enfrentar a crise que vem se desenvolvendo e agravando desde o início de 1970 e, em segundo lugar, as possibilidades objetivas que essa crise põe para a articulação do movimento socialista, bem como os problemas que ele precisa enfrentar para organizar uma luta que, de fato, desafie o poder material e político do sistema vigente.

Antes, pois, de apresentarmos as considerações de Mészáros sobre a necessidade, posta pela crise estrutural, de o movimento do trabalho reestruturar as suas estratégias e instrumentos de luta para desafiar a dominação econômica e política do capital, assinalaremos algumas concepções e entraves que devem ser superados pela classe trabalhadora nessa nova fase histórica.

2. Os limites materiais do uso do poder repressivo do capital

Nessa fase de agravamento da crise estrutural que, como assinalamos anteriormente, demanda uma intervenção na estrutura global do sistema e coloca em xeque a própria existência da ordem social vigente, certamente o capital, para assegurar a sua posição de comando no controle do sistema sociometabólico e intervir nos desdobramentos mais graves dessa crise, recorrerá a medidas severas de repressão. No entanto, Mészáros observa que, apesar de o poder repressivo acumulado pelo capital ser imenso, há algumas determinações do modo de funcionamento do capital que impedem que a repressão aos trabalhadores seja utilizada indefinidamente. O confronto antagônico entre capital e trabalho não é de modo algum uma luta político/militar na qual o perdedor pode ser preso ou exterminado no campo de batalha. Além disso, um aspecto a ser enfatizado é o de que as medidas repressivas não são utilizadas exclusivamente sobre o movimento socialista, mas vêm sendo impostas sobre o trabalho, já há bastante tempo, e tende a aumentar com o agravamento da crise estrutural do capital. Desse modo,

por mais desagradável que esta verdade possa parecer aos socialistas, o grilhão mais pesado que o trabalho tem que suportar, enquanto o movimento não conseguir operar uma ruptura estratégica de transição para uma ordem sociometabólica radicalmente diferente, é o fato de continuar *atado ao capital* para a continuidade de sua sobrevivência (Mészáros, 2002, p.846).

Para o capital, porém, a situação é completamente diferente, uma vez que ele só pode se reproduzir nessa ordem sociometabólica e não há alternativa à sua dependência estrutural da exploração do trabalho. Justamente aqui se percebe que o uso da violência contra o trabalho deve ter limites bem definidos, pois a experiência histórica comprova que tal violência pode ser usada “contra grupos limitados do trabalho, mas não contra a organização de um movimento comunista de massa revolucionário” (Mészáros, 2002, p.846).

A debilidade do argumento que supervaloriza a capacidade repressiva do capital aparece também quando levamos em consideração que o sistema vigente é uma "ordem sociometabólica necessariamente orientada para a expansão e dirigida para a acumulação" e que é impossível sustentar a reprodução contínua do capital

por meio de um estado permanente de emergência. E é por isso que o poder repressivo/destrutivo do capital precisa ter limite bem definido.

Para Mészáros (2002, p.846), embora esse poder repressivo seja utilizado em algumas situações de emergência para “recompôr as relações de poder a favor do capital” não se pode esquecer que o equipamento repressivo é “extremamente perdulário mesmo nos próprios termos de referência do sistema”. Desse modo, é impossível assegurar a acumulação necessária de capital, mantendo-o indefinidamente, seja por causa da produtividade do trabalho, seja pelos perigos políticos que as medidas repressivas põem à acumulação do capital. Assim, deve-se ter claro que, para o capital continuar no controle do sistema sociometabólico, ele precisa se apropriar dos frutos do trabalho e assegurar a realização ampliada do valor, no entanto,

nem a melhora da produtividade do trabalho, com o necessário crescimento da socialização do processo de trabalho como sua condição prévia, nem a necessária expansão do ‘consumo produtivo’ são compatíveis com a ideia de um estado permanente de emergência (Mészáros, 2002, p.846).

Mészáros (2002, p.847) chama atenção ainda para o fato de que a dominação permanentemente imposta pelo capital por meio da violência tem como objetivo assegurar “a *unidade total do capital global* contra as forças de trabalho nacionais”, estando tais forças sob o controle das unidades particulares do capital, as quais estão inseridas num sistema sociometabólico cuja característica mais expressiva é justamente a sua falta de unidade. A atuação do Estado, como estrutura de comando político do capital, é imprescindível para manter sob controle a força centrífuga do capital que está em constante conflito e concorrência entre si.

Nesse sentido, a articulação nacional do sistema global do capital veio responder a essa necessidade de se produzir o mínimo grau possível de consenso que pudesse assegurar o controle do capital sobre a força de trabalho. O uso da violência contra o trabalho, historicamente recalcitrante, contribui de forma decisiva para garantir a dominação do sistema do capital. Nesse sentido, as medidas repressivas impostas por esse sistema poderão retardar os esforços necessários à alternativa socialista. Entretanto, elas não poderão evitar o “esgotamento das potencialidades produtivas do capital”, pelo contrário, “o uso da violência em massa

arruína as condições objetivas do domínio do capital, *apressando* seu esgotamento” (Mészáros, 2002, p. 847).

Além dessas observações acerca dos limites materiais do uso da força repressiva pelo capital, deve-se assinalar que o movimento do trabalho, na sua luta pela transformação da ordem sociometabólica, não pode deixar de considerar também as determinações objetivas do capital e os obstáculos postos pelo sistema vigente para dificultar a articulação das forças socialistas. Desse modo, antes de entendermos como a crise estrutural gera as possibilidades objetivas da alternativa socialista e, portanto, demanda a reestruturação total dos instrumentos e formas de luta do movimento do trabalho, enfatizaremos a argumentação de Mészáros sobre o falso pluralismo do capital e como o pluralismo socialista é fundamental para o sucesso da luta do movimento do trabalho pela construção de uma alternativa ao sistema sociometabólico vigente.

3. O falso pluralismo do capital e o pluralismo socialista

A unidade burguesa, segundo Mészáros (2002, p.814), tem sua base de sustentação na estrutura econômica da sociedade capitalista e na sua estrutura política correspondente, o Estado. Como a burguesia está tanto no poder efetivo do sociometabolismo do sistema do capital, quanto no seu comando político, ela acaba assegurando para si, antes mesmo do seu confronto político com o proletariado, “uma poderosa base objetiva de autoidentidade unificadora”. É, pois, esta última que garante que, por mais que haja divisões internas entre os próprios capitalistas por causa da tendência ineliminável à concentração e centralização, o grande capital sempre saia vitorioso.

Além disso, não se pode esquecer que o aumento exponencial do poder do capital, ao mesmo tempo em que o impele cada vez mais para o monopólio, aumenta a desigualdade na competição entre os capitalistas. Esta é, pois, uma prova mais do que evidente do *falso pluralismo* do sistema do capital. Por isso Mészáros (2002) considera que apresentar-se como exemplo de pluralismo constitui

uma das mistificações político-ideológicas “mais poderosas do capital”. Vale lembrar que,

se na fase liberal-democrática do desenvolvimento capitalista a demanda por pluralismo ainda significava alguma coisa (...), desde o começo da fase monopolista a margem para alternativas reais tem se tornado cada vez mais estreita, até o ponto de seu quase desaparecimento em tempos recentes (Mészáros, 2002, p.814).

Na verdade, o pluralismo sempre foi um conceito bastante problemático para o capital. Isso se deve não apenas à tendência ao monopólio inerente ao desenvolvimento capitalista, mas principalmente ao fundamento do monopólio presente desde a gênese desse modo de produção: “o monopólio da propriedade privada por poucos e a exclusão *a priori* da vasta maioria como pré-requisito prévio necessário do controle social pelo capital⁴²” (Mészáros, 2002, p.814).

Desde o início do modo de produção capitalista, os apologistas do capital vêm afirmando categoricamente que não há alternativa ao monopólio dos meios de produção nem à dominação do determinismo econômico do capital. Porém, constata o autor, o pluralismo no sistema capitalista nunca passou do reconhecimento de que existe uma pluralidade de capitais e da afirmação do “direito absoluto do capital total ao *monopólio*” (Mészáros, 2002, p.814).

No que se refere ao “pluralismo” do capital no plano político, Mészáros (2002, p.815) observa que ele se configura como “uma sistemática privação política dos direitos civis do trabalho em sua confrontação com o capital, na forma mais adequada às circunstâncias locais”. A alternância de governos no poder representa, por um lado, uma forma de justificar a rejeição de uma mudança substancial no sistema socio-reprodutivo, bem como nas relações políticas e, por outro, ela contribui diretamente para difundir a ideia de que “não pode haver alternativa” ao sistema sociometabólico do capital. Faz-se necessário enfatizar que

as instituições do pseudopluralismo do capital não só fornecem as garantias políticas imediatas da continuidade de sua dominação. Elas também agem como escudo mistificador que automaticamente desvia toda a crítica de seu

⁴² Segundo Mészáros (2002), o monopólio estatal dos meios de produção não deixa de atender a essa determinação essencial do sistema do capital, pelo contrário, ele mantém intacta essa pressuposição, garantindo, portanto, a dominação do capital de uma forma diferente da dominação exercida pelos capitalistas.

alvo real (qual seja, o círculo vicioso da autoexpansão destrutiva do capital ao qual tudo deve ser incontestavelmente subordinado) para a irrelevância personalizada de seus administradores que, de boa vontade, se esmeram em superar um ao outro na melhor lubrificação do mecanismo do sistema (Mészáros, 2002, p.815).

Além disso, como a margem de atuação das instituições políticas é determinada, *a priori*, pelo imperativo de que “não há alternativa” ao determinismo econômico do capital, a possibilidade de se realizar modificações efetivas no modo de funcionamento do sistema está totalmente descartada. E toda a atuação da estrutura política é direcionada por essa determinação essencial do sistema do capital. Nesse sentido, não importa quantos governos se alterne na estrutura política e quantos deles não cumpram as promessas feitas aos eleitores; o que realmente interessa é que “nunca sejam mencionadas a enorme responsabilidade e a duvidosa viabilidade da ordem socioeconômica a que eles servem e em nome da qual fazem e quebram tais promessas” (Mészáros, 2002, p.816), ou seja, o que importa de fato é impedir que a dominação do capital seja questionada.

Para Mészáros (2002, p. 816), radicalmente diferente do falso pluralismo do capital, o sucesso do projeto socialista depende fundamentalmente do pluralismo “inerente a ele”. Segundo o autor, o pluralismo socialista parte da premissa de que existem diferenças e desigualdades no movimento da classe trabalhadora e que essas devem ser superadas por meio do “envolvimento ativo de todos os interessados”. Não se pode esquecer, porém, que

este envolvimento é impossível sem a elaboração de estratégias e ‘mediações’ específicas, que emergem das determinações particulares das necessidades e circunstâncias mutáveis, o que representa o maior desafio à teoria marxista contemporânea (Mészáros, 2002, p.816).

O autor assinala que a rejeição do *slogan* de que “não há alternativa” ao sistema sociometabólico do capital constitui a única perspectiva que pode servir de referência comum para as diversas forças socialistas organizadas politicamente, embora não se possa assegurar que a constituição dessa perspectiva também não seja problemática. Isso porque se, por um lado, a elaboração de uma estratégia mobilizadora que transforme a negação a esse *slogan* em ação exige uma articulação positiva das forças socialistas envolvidas, por outro lado, rejeitar o *slogan*

de que “não há alternativa”, num primeiro momento, não vai além do reconhecimento de que “*deveria haver uma alternativa*” (Mészáros, p.816). Contudo, essa constatação não anula o fato de que a rejeição desse *slogan* é, na verdade, o ponto de partida necessário para uma articulação das forças socialistas.

Um aspecto importante a ser enfatizado aqui é: ao contrário do capital que, devido à sua estrutura interna, não pode ser de nenhum modo pluralista, “com a exceção de uma espécie muito limitada, que também tem se tornado cada vez mais restrita com o avanço da concentração e da centralização necessárias do capital” (Mészáros, 2002, p.816), o projeto socialista é “*estruturalmente irrealizável*” sem a articulação, no curso da revolução social, dos diversos projetos “auto-administrados” e pluralistas do movimento do trabalho.

Mészáros (2002, p. 816) alerta para o fato de que a perspectiva geral que serve de “estrutura de referência comum para a grande variedade das forças socialistas”, ou seja, a rejeição do *slogan* de que “não há alternativa” à ordem do capital, é apenas o ponto de partida, segundo o qual os diversos grupos comprometidos com o projeto socialista deve definir sua posição por meio de objetivos e estratégias específicas, os quais precisam estar articulados e, dependendo da situação, também coordenados, mas não têm que ser idênticos. Na realidade, “o que está em jogo é a invenção de uma alternativa viável para um sistema global imensamente complexo”.

O autor observa que, mesmo quando os porta-vozes do capital reconhecem a severidade da crise que vem se alastrando desde a década de 1970, eles continuam afirmando que não “há alternativa” ao determinismo econômico do capital. Entretanto, apesar da defesa dessa perspectiva vir se afirmando com força ainda maior no tempo presente – lembremos que o *Para Além do Capital* é publicado em 1995, época de consolidação do projeto neoliberal e em que governavam Reagan, Gorbachev e Thatcher –, o agravamento da crise estrutural do capital vem demonstrando nitidamente que a única alternativa possível a essa crise não é outra senão “*livrar-se completamente de todo o sistema*” (Mészáros, p.817),

Mészáros chama atenção, porém, para o fato de que a substituição do sistema socioeconômico do capital pelo socialismo não pode se realizar por meio da ação de um grupo pequeno e fragmentado de pessoas. É por isso que o programa

de Marx de “constituir uma consciência de massa socialista” (*apud* Mészáros), a partir do engajamento numa ação comum “realmente possível e inerentemente pluralista”, continua sendo até agora o programa mais viável para a organização das forças socialistas. De acordo com Mészáros (2002, p.817),

embora se torne dolorosamente óbvio que as alternativas do capital hoje se limitam cada vez mais a flutuações manipuladoras entre variedades de keynesianismo⁴³ e monetarismo, com movimentos oscilatórios cada vez menos eficazes, perigosamente tendentes ao ‘repouso absoluto’ de uma contínua depressão, a recusa socialista à falta de alternativa deve ser positivamente articulada com objetivos intermediários, cuja realização possa promover avanços estratégicos no sistema a ser substituído, mesmo que apenas parciais num primeiro momento.

A articulação da luta pela instituição de uma outra ordem sociometabólica radicalmente distinta do sistema do capital com a luta pela realização das demandas cotidianas imediatas dos trabalhadores é, para Mészáros, de fundamental importância, principalmente nessa fase de agravamento da crise estrutural do capital e de ataque às conquistas obtidas pelo movimento do trabalho em décadas passadas. Para o autor, a tarefa de compreender as particularidades das demandas locais e das suas formas de organização correspondentes deve estar associada à análise das diversas modalidades de articulação dessas demandas com a totalidade social. Essa relação entre as lutas parciais e uma luta mais geral pela mudança do sistema sociometabólico é importante, porque a interação entre elas impediria a fragmentação e dispersão e poderia contribuir para o fortalecimento da estratégia socialista.

Para Mészáros, o sucesso do pluralismo socialista, do engajamento das várias forças socialistas numa ação comum, depende também da capacidade dessas forças em combinar os determinantes estruturais da ação transformadora com uma variedade de demandas parciais, como educação, assistência médica, serviços sociais de qualidade, entre outros, que não precisam ser essencialmente socialistas. Na realidade, o que se está enfatizando aqui não é a função política que

⁴³ No prefácio à edição brasileira do *Para Além do Capital*, Mészáros (2002, p.25) afirma que “o keynesianismo é, por sua própria natureza, conjuntural. Como opera no âmbito dos parâmetros institucionais do capital, não pode evitar ser conjuntural, independentemente de as circunstâncias vigentes favorecerem uma conjuntura de curto ou de longo prazo. O keynesianismo, mesmo na sua variedade ‘keynesiana de esquerda’, está necessariamente contido na lógica de *parada e avanço* do capital, e dela sofre restrições. Mesmo no seu apogeu, o keynesianismo representa apenas a fase de avanço de um ciclo de expansão que, mais cedo ou mais tarde, sempre pode ser interrompida por uma fase de parada”.

essas questões imediatas da vida cotidiana poderiam adquirir numa estratégia socialista, mas a necessidade de se garantir concretamente a realização dessas demandas “não-socialistas”, mas fundamentais para diversos grupos sociais⁴⁴.

O fato de essas demandas não poderem mais ser “incorporadas” ou “integradas” à dinâmica objetiva da autoexpansão do capital constitui, de acordo com o autor, um sinal evidente do agravamento da crise estrutural do capital. É essa constatação de que demandas cotidianas imediatas importantes para vários grupos sociais não podem mais ser acopladas à lógica capitalista nesta nova fase que leva Mézáros (2002, p.843) a afirmar que o esgotamento da fase histórica das conquistas defensivas exige do trabalho, por um lado, que ele assuma uma postura ofensiva na sua luta contra o capital e, por outro, que, “mesmo quando estiver lutando por objetivos mais limitados”, ele tenha como objetivo final a transformação da ordem sociometabólica.

Mézáros constata que, sob as condições historicamente defensivas, a teoria marxista acabou dando ênfase aos princípios gerais da alternativa socialista, deixando de lado a preocupação com as demandas parciais. De fato, enquanto tais condições estiveram presentes, podia-se entender a necessidade de, em oposição à tranquila autoexpansão do capital, reafirmar constantemente a “validade última das perspectivas globais”. No entanto, a nova situação histórica instaurada com a crise estrutural do capital exige não a reafirmação abstrata das perspectivas gerais, mas

a integração da totalidade das demandas sociais, das preocupações ‘não-socialistas’ cotidianas mais imediatas até as que questionam abertamente a ordem social do capital em si, em uma alternativa estratégica teoricamente coerente e viável do ponto de vista instrumental e organizacional (Mézáros, 2002, p.820).

Segundo o autor, “devido à sua insolubilidade crônica, bem como pelo seu poder motivador imediato [as demandas sociais] deverão definir a estrutura da confrontação social em futuro previsível” (Mézáros, 2002, p.818). Mézáros

⁴⁴ Para Luxemburgo (1990, p.120), “aliar a luta cotidiana com o projeto grandioso de uma reforma do mundo” é o grande problema que deve ser resolvido pelo movimento socialista, problema este que precisa direcionar todo o seu desenvolvimento, e cuja resolução “não deve sacrificar nem o caráter do movimento de massa nem o objetivo final; deve evitar simultaneamente fechar-se numa seita e transformar-se num movimento reformista burguês; tem que se defender, ao mesmo tempo, do anarquismo e do oportunismo” (Luxemburgo, 1990, p.121).

assinala, portanto, que o grande desafio para as forças socialistas nessa nova fase histórica é estabelecer uma direção global sem perder de vista as circunstâncias limitadoras, nem as necessidades imediatas dos vários grupos sociais.

Conforme assinala Mészáros (2002, p.819), as demandas que exigem uma alternativa socialista são aquelas referentes à perdularidade intrínseca ao modo de funcionamento do sistema do capital. O autor aponta quatro direções principais dessa nova fase histórica, nas quais se pode verificar essa perdularidade: 1) “a demanda incontável por *recursos*” sem preocupação com as consequências dessa exploração para o ambiente e para as pessoas afetadas por ela; 2) o uso desenfreado de capitais no processo produtivo, impelido pela tendência” na periferia e nos países centrais, quanto desemprego em massa e destruição de parques industriais “antes florescente[s] e perfeitamente via[véis]”; 3) “o impulso crescente em direção à *multiplicação do valor de troca*”, em total oposição ao valor de uso “a serviço da necessidade humana”, com o propósito de “manter intacta a dominação do capital sobre a sociedade”; e 4) o desperdício de gente pela “produção em massa de ‘pessoas supérfluas’”, as quais, seja por causa dos avanços “produtivos do capital”, seja por suas dificuldades crescentes no “processo de realização”, não podem mais se ajustar aos esquemas estreitos da produção de lucro e da multiplicação perdulária do valor de troca” (2002, p.819).

Nesse sentido, as demandas de mudanças que possibilitem o enfrentamento dessas tendências e contradições do capital só podem ser definidas por meio de uma alternativa socialista global. E é aqui que se verifica a importância da renovação do marxismo, pois não há nenhuma outra perspectiva capaz de enfrentar esses problemas em toda a sua complexidade e abrangência. Na realidade, a tendência é esta: à medida que a crise estrutural vá se agravando, as reflexões críticas deem ênfase aos aspectos parciais e limitados da crise social em andamento, e passem a desconsiderar as questões globais que, realmente, “definem os horizontes estratégicos de qualquer alternativa viável” (Mészáros, 2002, p. 820).

Além de considerar a importância da conexão entre as lutas parciais pela realização das demandas imediatas e a luta mais geral pela transformação da ordem sociometabólica, Mészáros observa que é fundamental também compreendermos as

determinações objetivas do sistema do capital que impedem a articulação das forças socialistas.

Segundo Mészáros, Marx e Engels consideravam “unidade” e “unificação” conceitos “bastante problemáticos”, pois eles reconheciam a existência de divisões e contradições objetivas nos diversos componentes do movimento socialista, e que elas se reproduzem tanto internamente, quanto em nível global. Nesse sentido, de nenhum modo tais problemas poderão ser removidos por decreto ou por desejo dos trabalhadores. É por isso que, enquanto esses problemas não forem superados, posicionar-se apenas a favor da “unidade das forças socialistas” “não tra[rá] contribuição alguma para remover os seus problemas, desigualdades e antagonismos” (Mészáros, 2002, p.811).

Ressalte-se que o desafio de organizar uma força capaz de enfrentar a força do capital teve, desde o início, que se defrontar com duas condições impostas pela ordem social vigente e que são totalmente desfavoráveis à unidade das forças socialistas: a divisão social do trabalho e a taxa diferencial de exploração. Daí o reconhecimento das determinações objetivas do sistema do capital ser imprescindível quando se pretende analisar as possibilidades reais para se alcançar a unidade das forças socialistas. Para o autor,

seria absolutamente incorreto tratar deste problema como algo resultante de considerações puramente táticas ou dos limites práticos de uma relação desfavorável de forças que já não mais permite a adoção de políticas socialistas consistentes mas segue, ao contrário, uma estratégia de complicados compromissos (Mészáros, 2002, p.811).

Um fato também que não pode ser esquecido aqui é o da sujeição do movimento da classe trabalhadora durante várias décadas às pressões impostas pelo stalinismo, o qual procurava desviar as críticas por meio do discurso de instituição da “unidade” pelo “Partido Líder”. Conforme observa Mészáros (2002), aqueles que se apresentavam como porta-vozes dessa “unidade” nem definiam os objetivos socialistas a serem alcançados pela sua estrutura organizacional, nem tampouco avaliavam as “condições objetivas para formular estratégias socialistas coordenadas”, bem como as possíveis dificuldades para a sua realização.

No que se refere à tarefa de “constituir uma consciência de *massa socialista*” sob aquelas condições objetivas mencionadas anteriormente (a divisão do trabalho e a taxa diferencial de exploração), Mészáros (2002, p.812) salienta que o grande desafio das forças socialistas, ao engajar-se na luta pela realização dos objetivos e demandas imediatas, era “encontrar uma maneira de preservar a integridade das perspectivas últimas sem perder contato com as demandas, determinações e *potencialidades* imediatas das condições historicamente determinadas”. O autor ressalta que Bakunin, assim como outros anarquistas, não se preocupavam com esse problema, porque o seu objetivo não era produzir uma consciência de massa socialista, mas instigar a “consciência instintiva das massas populares”. Marx, ao contrário dos anarquistas, entendia que uma organização do movimento operário deveria: 1) “permanecer fiel aos princípios socialistas” e 2) elaborar “programas de ação viáveis e flexíveis para as várias forças que compartilham os amplos objetivos comuns da luta” (Mészáros, 2002, p.812).

Tal como no tempo de Marx, e talvez mais do que naquela época, essa questão assume novamente uma importância central para o movimento da classe trabalhadora, pois, de acordo com Mészáros (2002, p.812), hoje não é mais possível sustentar uma ação comum das diversas forças socialistas sem que haja “uma articulação estratégica consciente de um *pluralismo socialista*”. Pluralismo que não só reconheça as diferenças existentes no movimento da classe trabalhadora, “mas também a necessidade de uma adequada ‘divisão do trabalho’⁴⁵ na estrutura geral de uma ofensiva socialista”.

Mészáros (2002, p.812) enfatiza que “a produção de uma *consciência de massa socialista*” por meio da ação comum “dos componentes verdadeiramente *autônomos* e coordenados (não hierarquicamente comandados e manipulados) de um movimento *inerentemente pluralista*” constitui a condição essencial para a realização dos princípios de uma transformação socialista, a qual deve envolver a totalidade dos “produtores associados” na tarefa de “mudar ‘de alto a baixo as condições da sua existência industrial e política e, por conseguinte, toda a sua maneira de ser’” (Marx *apud* Mészáros, 2002, p.812).

⁴⁵ Divisão do trabalho é usada por Mészáros, nessa frase, no sentido de divisão de tarefas entre as diversas forças socialistas que estão envolvidas na construção de uma alternativa socialista.

Conforme observa o autor, durante muito tempo, predominou no movimento socialista, por um lado, o desprezo ou a subestimação da capacidade da burguesia de alcançar a unidade e, por outro, a supervalorização das possibilidades e da “importância imediata da unidade da classe trabalhadora”. Essas concepções equivocadas contribuíram também para que o movimento socialista considerasse a conquista do poder como solução para os problemas que atingiam a revolução socialista, e não como o seu ponto de partida. Foi, pois, essa visão equivocada que levou o movimento do trabalho a supervalorizar o caráter político da revolução socialista, relegando para o segundo plano a revolução social que, segundo Marx, deveria ser multidimensional e “permanente” ao invés de temporária como a conquista do poder político (Mészáros, 2002, p.813).

Para o autor, quando, porém, se considera a conquista do poder como o ponto de partida para o surgimento das dificuldades e problemas que uma transformação “de alto a baixo, de toda maneira de ser’ dos produtores associados” (Marx *apud* Mészáros, 2002, p.813) terá que enfrentar, dificuldades que apenas poderão ser identificadas no curso da transformação socialista, a construção de estratégias genuinamente pluralistas torna-se uma necessidade “tanto de urgência imediata como de importância contínua”.

Essa necessidade de construção de estratégias pluralistas assume uma importância central nessa nova fase histórica iniciada com a crise estrutural. Por um lado, essa crise traz como uma de suas consequências o esgotamento da fase das lutas defensivas do trabalho e, por outro, como veremos a seguir, ela gera as possibilidades objetivas da ofensiva socialista – as condições necessárias para a construção de uma alternativa que, de fato, desafie o poder econômico e político do capital. No entanto, Mészáros afirma que um problema central dessa época é que tanto as organizações, quanto os instrumentos de luta da classe trabalhadora continuam articulados de forma defensiva. Segundo o autor, para atender às novas condições objetivas e servirem de mediação na luta contra o capital, eles precisam ser totalmente reestruturados. São essas questões que discutiremos neste último item.

4. A atualidade histórica da ofensiva socialista e a necessidade de se contrapor à força extraparlamentar do capital

De acordo com Mészáros (2002, p.787), desde o surgimento da crise estrutural do capital, que marca também o “início da necessária ofensiva socialista num sentido histórico”, muitos marxistas têm se envolvido com os mais variados tipos de revisões e alianças defensivas. No entanto, dadas as exigências das novas condições objetivas, que, como vimos, impedem que as melhorias parciais produzam resultados positivos e eficazes, continuar defendendo essas revisões e alianças é, segundo o autor, uma prova mais do que evidente da desorientação do movimento do trabalho nessa nova fase histórica.

Essa desorientação não é apenas de caráter ideológico. Ela envolve também o conjunto das instituições de luta socialista que, apesar do surgimento da crise estrutural do capital e de todos os limites impostos por ela à manutenção das medidas paliativas, vêm insistindo em manter a mesma postura que adotavam quando vigoravam as circunstâncias históricas defensivas. Para o autor, como essa nova fase traz inevitavelmente o aumento do confronto social, deve-se esperar que tanto as instituições, quanto as estratégias de luta da classe trabalhadora aumentem consideravelmente suas reações defensivas. Porém, é importante enfatizar que pouco o movimento socialista poderá fazer enquanto considerar as suas instituições e estratégias defensivas inquestionáveis e continuar buscando “soluções que permanecem ancoradas nas condições da velha, e agora superada, fase histórica” (Mészáros, 2002, p.787).

Mészáros (2002, p.787) assinala que “a desorientação corrente” constitui “a manifestação combinada dos fatores prático-institucional e ideológico”, o que refuta a tese de que a desorientação do movimento do trabalho se restringiria a um problema de “clarificação ideológica”. Vale pontuar que os dois fatores mencionados acima se desenvolvem juntos numa reciprocidade dialética, no entanto, o momento predominante “na conjuntura atual é a estrutura prático/institucional da estratégia socialista”, que precisa reestruturar-se para responder às novas condições objetivas. A consideração desse problema é hoje de suma importância para a luta da classe trabalhadora, uma vez que a argumentação a favor de uma nova orientação

ideológico-política, embora necessária para o avanço da luta, terá efeitos bastante limitados enquanto as formas institucionais e organizacionais de ação da classe trabalhadora continuarem estruturadas defensivamente.

Mészáros observa que, neste momento de nítido agravamento da crise estrutural do capital, nem o deterioramento das condições de trabalho, tão visíveis hoje, nem a dependência e subordinação estrutural do trabalho ao capital poderão ser questionadas sem uma reestruturação fundamental dos instrumentos de luta do movimento socialista e sem a superação da atual postura defensiva do trabalho. Essa é, pois, uma necessidade posta tanto pelo esgotamento da atual política parlamentar, quanto pelo colapso concomitante da acomodação reformista do trabalho.

Além disso, duas considerações devem ser feitas aqui. A primeira é que a subordinação da classe trabalhadora às determinações impostas pela estrutura parlamentar nessa época de agravamento da crise estrutural do capital tem deixado o trabalho ainda mais vulnerável aos impactos negativos das modificações ocorridas na estrutura de poder político do capital, diminuindo a sua margem de ação, bem como os limitados ganhos defensivos do passado. Para Mészáros (2002, p.842),

a atual submissão do trabalhismo reformista às forças radicalmente opostas aos interesses da classe trabalhadora demonstra que a fase histórica das estratégias defensivas já se esgotou. Paralelamente à transformação dos tradicionais partidos socialdemocratas e trabalhistas em mansos defensores da tímida – e, em seus próprios termos de referência, ineficaz – reforma socioeconômica e política do trabalhismo liberal, a socialdemocratização dos partidos comunistas do Ocidente oferece exemplos dolorosamente óbvios da derrota sofrida pela esquerda histórica em razão desses deslocamentos e mudanças no interior dos limites da acomodação parlamentar.

A segunda consideração é a de que a crise estrutural do capital vem se agravando cada vez mais, entretanto, o capital é incapaz de resolvê-la, e, como essa crise exige uma intervenção na estrutural global do sistema, o capital não pode nem mesmo deslocar as contradições como fez durante as crises cíclicas. Pelo contrário, para continuar no controle do sistema socio-reprodutivo, ele é obrigado, por um lado, a invadir territórios que não pode nem controlar, tampouco “utilizar para os fins da acumulação sustentável de capital” (Mészáros, 2002, p.843); e, por outro

lado, a reduzir a ação das instituições políticas que, na fase histórica defensiva, foram eficazes como corretivo parcial às contradições do sistema.

Assim, se na fase histórica defensiva ainda era permitido o deslocamento expansionista de tais contradições, hoje, com a crise estrutural, “as opções do sistema do capital se estreitam em todo o mundo, inclusive na esfera da política e na ação parlamentar corretiva” (Mészáros, 2002, p.843). E as crescentes dificuldades do capital em retomar o seu antigo estágio expansionista vêm acompanhadas da dominação da política “por um cruel ‘consenso político’ entre o capital secular e o ‘novo trabalhismo’”. Vale pontuar que a consumação desse consenso complica ainda mais a situação, uma vez que ele

preludia o perigo de um colapso maior, que afetaria não apenas um número limitado de elementos centrífugos do capital, não apenas um setor-chave como a finança internacional, por exemplo, mas o sistema global do capital na sua totalidade” (Mészáros, 2002, p.843).

É, pois, a ameaça desse perigo que torna urgente a necessidade de enfrentar a força destrutiva da dominação econômica e política do capital, por meio “da ação extraparlamentar de um movimento socialista radicalmente rearticulado” (Mészáros, 2002, p.843). O autor atenta o fato de que

é importante ter em mente que se o trabalho quer conseguir alguma coisa nas atuais circunstâncias, uma renovação da forma parlamentar de legislação política é inevitável. Tal renovação só se tornará viável pela criação de um movimento extraparlamentar como força vital condicionante do próprio parlamento e da estrutura legislativa de uma sociedade globalmente em transição (Mészáros, 2002, p.850).

Mészáros (2002, p.850) ressalta que, concomitante à exigência dessa renovação da forma parlamentar, o trabalho, para defender os seus interesses na conjuntura atual, precisa enfrentar, por um lado, as forças hostis a ele e, por outro, os seus próprios partidos e lideranças sindicais reformistas que vêm cumprindo “a função de personificações do capital no interior do próprio movimento do trabalho a serviço da acomodação total, de capitulação aos imperativos materiais ‘realistas’ do sistema”.

No que se refere à renovação da forma política parlamentar, o autor enfatiza que a negação das estruturas socio-reprodutivas do sistema do capital, por meio da

ação extraparlamentar do trabalho, “não implica a ausência de leis nem mesmo a rejeição apriorística do próprio Parlamento”, mas deve ter como premissa básica “a contestação organizacionalmente sustentada dos limites cerceadores favoráveis ao capital, que as *tendenciosas* ‘regras do jogo’ parlamentar impõem ao trabalho, como antagonista do capital” (Mészáros, 2002, p.859). Para o autor, se observarmos o peso da legislação na organização da sociedade, veremos como essa é uma questão que não pode ser ignorada, nem mesmo numa sociedade socialista. Todavia, não se pode esquecer que é a relação entre os produtores associados e as regras por eles definidas que resolverá essa questão.

Segundo Mészáros (2002, p.859),

Marx estava convencido de que, numa sociedade socialista desenvolvida, muitas das inevitáveis exigências de regulamentação exigidas poderiam ser atendidas por meio dos costumes e tradições estabelecidos pelas decisões autônomas e inter-relações espontâneas dos indivíduos que vivem e trabalham numa estrutura de sociedade não-concorrencial.

E essa mudança é essencial, pois sem ela seria impossível tanto "a supressão da política como esfera alienada", como o “fenecimento do Estado”⁴⁶. Contudo, segundo esse mesmo autor, enquanto não se alcança essa etapa, deve-se ter claro que, no futuro previsível, “muitas das exigências de regulamentação geral devem permanecer associadas a procedimentos legislativos formais” (Mészáros, 2002, p.859).

Desse modo, a organização de um movimento socialista extraparlamentar de massas constitui uma “precondição vital para a contraposição ao maciço poder extraparlamentar do capital” (Mészáros, p.860), ou seja, ao domínio do capital que se afirma não apenas dentro do parlamento, mas principalmente fora dele, na estrutura global da ordem sociometabólica.

Ao invés de auxiliar o capital a sair das suas crises, como fez o movimento do trabalho na fase das lutas defensivas, um movimento extraparlamentar do

⁴⁶ Ao analisar a experiência da Comuna de Paris de 1871, Marx já afirmava que os proletários não podem simplesmente se apoderar da máquina estatal e, sob sua estrutura já definida, conduzi-la para os seus próprios fins. Eles precisam destruir o Estado burguês e, em seu lugar, instituir o Estado proletário que, segundo Lênin (s/d, p.72), após ter, com a ajuda da milícia proletária, realizado a repressão à minoria exploradora (burguesia), e organizado “para o novo regime econômico *todas* as massas trabalhadoras e exploradoras”, deve desaparecer, fenecer, extinguir-se.

trabalho deve, por um lado, “afirmar seus interesses estratégicos como alternativa sociometabólica pelo confronto e pela necessária negação, em termos práticos, das determinações estruturais da ordem estabelecida” (Mészáros, p. 859) e, por outro, confrontar o poder político do capital, legitimado no Parlamento, por meio da ação extraparlamentar exercida sobre o Legislativo e o Executivo.

A necessidade da estruturação desse movimento extraparlamentar do trabalho é ainda mais realçada quando consideramos que

a separação, que cava sua própria cova, entre o 'braço político' e o 'braço sindical' do trabalho comprova todo dia nada mais ser do que um anacronismo histórico irremediável. Isso ocorre em relação não apenas ao seu óbvio fracasso na arena política ao longo de todo o século, mas também devido à sua incapacidade de atrair para si as milhões de 'pessoas supérfluas' desempregadas, expulsas do processo de trabalho a uma velocidade alarmante pelos imperativos desumanizadores do 'capital produtivo' (Mészáros, 2002, p.858).

Assim, ao se organizar como movimento político que tem como principal objetivo desafiar o domínio sociometabólico do capital, a força de trabalho, que ainda está empregada, não pode desconsiderar a existência desses milhões de desempregados. Dado o agravamento da crise estrutural do capital, “somente uma intervenção radical na ‘economia’ perdulária do processo reprodutivo material da ordem estabelecida pode retificar com sucesso a impotência do trabalho” (Mészáros, p.858). No entanto, essa intervenção só poderá acontecer se houver uma “reconstituição radical do movimento do trabalho – na sua integridade e em escala internacional – como força extraparlamentar” (Mészáros, 2002, p.858). É, pois, a crise estrutural do capital que gera as possibilidades objetivas da reestruturação dos instrumentos e organizações do movimento do trabalho, trazendo à tona a atualidade histórica da ofensiva socialista.

Vale ressaltar que, em completo contraste com a articulação reformista do movimento do trabalho, a ofensiva socialista exige, por um lado, a recusa radical às determinações estruturais da ordem sociometabólica vigente e, por outro, a reconstrução total do movimento do trabalho, o que implica não apenas alcançar a unidade entre o “braço político” e o “braço sindical”, mas ter “plena consciência de seus objetivos transformadores como alternativa estratégica necessária e viável ao sistema do capital” (Mészáros, 2002, p.854).

Entretanto, Mézáros (2002, p.789) ressalta que é apenas quando as condições objetivas, que possibilitam a produção da “consciência comunista em escala de massa”, se ampliarem em nível global que se poderá “imaginar realisticamente a articulação prática dos órgãos necessários da ofensiva socialista”. Essa observação é importante, porque rebate a ideia de que tão logo a crise estrutural se agravasse, o movimento do trabalho se posicionaria a favor da transformação socialista. Ao contrário disso, o que temos visto é que, apesar das consequências desumanizadoras que a crise estrutural vem impondo para a classe trabalhadora, as instituições e instrumentos de ação socialista continuam estruturados defensivamente.

Partindo dessas constatações, Mézáros (2002, p.789) enfatiza que “as potencialidades objetivas da ofensiva socialista são inerentes à crise estrutural do capital”. Porém, não há na conjuntura presente instrumentos políticos adequados para transformar essa potencialidade em realidade. Essa é, portanto, uma contradição fundamental dessa nova fase histórica. Vale pontuar que paralelamente a essa contradição, e que a torna ainda mais problemática, mantém-se ainda em vigor “o domínio das mitologias passadas sobre a autoconsciência das organizações envolvidas”, que continuam reproduzindo o discurso da preponderância do partido leninista como instituição exemplar da ofensiva estratégica.

Para o autor, essa situação exige, agora mais do que antes, que o trabalho inicie, o mais rápido possível, o processo de reorientação da estratégia ofensiva do movimento da classe trabalhadora, o que implica rever e reordenar a estrutura organizacional e as medidas táticas adequadas à realização dos objetivos da transformação socialista, ou seja, adotar uma postura ofensiva na sua luta contra o capital.

Essa observação é importante porque, como adverte o autor, “a expressão ‘atualidade histórica’ não sugere mais do que diz explicitamente: que a ofensiva socialista com que nos deparamos é um fato *histórico*, em contraste com nossa condição objetiva, que há não muito é dominada por determinações defensivas inevitáveis⁴⁷” (Mézáros, 2002, p. 788). De outra forma, deve-se ter claro que, por

⁴⁷ O termo em inglês para essa palavra, que se encontra na página 674 da versão inglesa do Para Além do Capital, é “*inescapables*”. Na nossa interpretação, a tradução dessa palavra como inescapáveis se adequa melhor ao sentido da frase e à compreensão do autor sobre essa questão. Para Mézáros, o movimento do

mais que as transformações sociais penetrem nos modos de mediação política e ideológica existentes, a consciência não consegue incorporá-las de forma imediata. Porém, até que se criem tais condições objetivas, as estratégias e estruturas organizacionais, que ainda estão articuladas defensivamente, permanecem definindo a maneira como as pessoas estruturam suas alternativas e margens de ação. É por isso que acusar o proletariado por “falta de combatividade”, enquanto os instrumentos e as estratégias de ação socialista continuam estruturados defensivamente, não passa de uma reclamação vazia.

Segundo ao autor, afirmar a atualidade histórica da ofensiva socialista não significa dizer que percorreremos um caminho tranquilo, nem que a vitória esteja previamente garantida, pelo contrário, isso assinala

por um lado, que a necessidade de instituir algumas mudanças fundamentais na organização e [na] orientação do movimento socialista se apresentou na agenda histórica; e, de outro lado, que o processo em questão se desdobra sob a pressão de determinações históricas poderosas, empurrando a função social do trabalho na direção de uma ofensiva estratégica prolongada caso queira realizar não apenas os seus objetivos potencialmente globais, mas também seus objetivos mais limitados (Mészáros, 2002, p.858).

Nesse sentido, de acordo com o autor, dadas as mudanças nas condições objetivas, a atualidade histórica da ofensiva socialista traz à tona o fato de que algumas formas de ação que se afirmaram no período anterior, como as políticas de consenso, as Estratégias de Pleno Emprego, a expansão do Estado de Bem-Estar Social, entre outros, “estão objetivamente bloqueadas” nessa nova fase, e isso assinala, com bastante clareza, a necessidade de reajustes importantes em toda a sociedade. Entretanto, como pontuamos acima, reconhecer a existência do bloqueio objetivo daquelas formas de ação não significa afirmar que as forças socialistas se mobilizarão para colocar em ação os reajustamentos requeridos, nem que elas se apresentarão como porta-vozes da ordem social alternativa. Para Mészáros (2002, p.788),

trabalho, mesmo com a emersão da crise estrutural do capital e o esgotamento da fase das lutas defensivas, vem mantendo as formas e os instrumentos de luta da classe trabalhadora estruturados de forma defensiva. No entanto, essa situação é inescapável apenas dentro da postura defensiva que marca o movimento do trabalho nesse período de crise.

longe disso, como as mudanças exigidas são muito drásticas, em vez de prontamente aceitarmos o ‘salto para o desconhecido’, é mais provável que se prefira seguir a ‘linha de menor resistência’ ainda por um tempo considerável, mesmo que isso signifique derrotas significativas e grandes sacrifícios para as forças socialistas.

Diante das dificuldades que uma resposta socialista terá para se adequar às novas condições objetivas, pode-se afirmar que a atualidade histórica da ofensiva socialista, entendida pelo autor como “sinônimo do fim do sistema de melhorias relativas pela acomodação consensual”, deve impor-se a longo prazo. E isso se deve tanto à forma exigida pela consciência social, como à mediação estratégico-instrumental requerida, embora não se deva descartar a possibilidade de derrotas num curto prazo.

Contudo, lembra-nos o autor, as dificuldades que realmente existem de se encontrar uma resposta socialista que se adéque à nova situação histórica não modifica “o caráter objetivo das novas condições históricas” (Mészáros, 2002, p.788), e realmente são estas últimas que decidem a questão, sendo secundários tanto os atrasos, quanto os desvios que possam vir acontecer. Essa consideração é importante porque, segundo o autor,

existe um limite além do qual acomodações forçadas e imposição de novos sacrifícios se tornam intoleráveis, *subjetivamente* para os indivíduos envolvidos e *objetivamente* para a continuação do funcionamento da estrutura socioeconômica ainda dominante (Mészáros, 2002, p.788).

Assim, ao se esgotarem as opções de ajustes da ordem do capital, não haverá como “impedir a desintegração estrutural final” (Mészáros, 2002, p.797). No entanto, essa desintegração não ocorrerá de forma súbita nem a transformação exigida acontecerá de uma só vez. Na verdade,

a crise estrutural ‘rastejante’ – que, entretanto, avança implacavelmente – só pode ser entendida como um processo contraditório de ajustes recíprocos (uma espécie de ‘guerra de atrito’), que só pode ser concluído após um longo e doloroso processo de reestruturação inevitavelmente ligado às suas próprias contradições (Mészáros, 2002, p.798).

Mészáros afirma que apenas quando as alternativas ou opções da ordem do capital se esgotarem por completo, é que se poderá ter uma virada espontânea

capaz de produzir uma solução radicalmente distinta das que foram postas em prática até agora, ou seja, uma revolução social que mude “de alto a baixo as condições da sua existência industrial e política e, por conseguinte, toda a sua maneira de ser” (Marx *apud* Mészáros, 2002, p.50).

Para Mészáros (2002, p.859), as mediações históricas necessárias à realização da revolução social “são inerentes tanto à perseguição do objetivo”, que é realizar uma intervenção radical capaz de desafiar as estruturas materiais do sistema do capital, quanto “à forma de ação necessariamente extraparlamentar pela qual este objetivo pode ser progressivamente traduzido em realidade”. Faz-se necessário enfatizar que, para que esse empreendimento tenha sucesso, o movimento do trabalho precisa enfrentar, “já nos *primeiros passos*”, a disjunção entre economia e política e a separação entre o “braço político” e o “braço sindical” do trabalho.

Conforme assinala Mészáros (2002:820-21), a revolução social marxiana sinaliza alguns objetivos fundamentais a serem alcançados no período de transição: 1) “produzir uma *mudança radical* e ao mesmo tempo salvaguardar a continuidade necessária do sociometabolismo” (uma manifestação evidente do princípio metodológico de Marx, segundo o qual deve haver uma reciprocidade dialética entre continuidade e descontinuidade); 2) “reestruturar ‘de alto a baixo’ todo o edifício da sociedade, que simplesmente não pode ser derrubado com a finalidade de uma reconstrução total”; 3) propiciar a coesão das forças sociais e o desenvolvimento da consciência de massa socialista mediante a transferência das funções produtivas e distributivas autoadministradas para os produtores associados; 4) assegurar a autonomia e a descentralização dos poderes de decisão; 5) favorecer a unificação das funções de trabalho e tomada de decisão, em contraste à divisão operada no sistema do capital entre sociedade civil e Estado político; e 6) instituir “uma nova forma de autogoverno aberto pelas pessoas interessadas” (2002, p.821).

Vale ressaltar que, como antagonista estrutural do capital, o único objetivo da luta transformadora do trabalho é o domínio da ordem sociometabólica; no entanto, esse objetivo só poderá ser alcançado mediante o controle da esfera política. Além disso, o autor enfatiza que

sem a transferência progressiva e total da tomada de decisões reprodutivas e distributivas materiais aos produtores associados não pode haver esperança para os membros da comunidade pós-revolucionária de se transformarem em sujeitos do poder (Mészáros, 2002, p.831).

Desse modo, para a realização do projeto socialista, como insistia Marx, não basta apenas ganhar “lutas de guerrilhas”, que seriam logo neutralizadas e anuladas “pelo poder de assimilação e integração do sistema dominante”, mas ir além dessas “lutas de guerrilhas” e da vitória de batalhas individuais, ou seja, ganhar a guerra contra o capital (Mészáros, 2002, p.795).

E é justamente aqui que a atualidade histórica da ofensiva socialista revela a sua importância, pois, sob as novas condições postas pela crise estrutural do capital “torna-se possível ganhar muito mais do que algumas grandes (mas, no final das contas, terrivelmente isoladas) batalhas, como as revoluções russa, chinesa e cubana” (Mészáros, 2002, p.795). Mas, para ganhar uma guerra contra o capital, as organizações e instrumentos de ação da classe trabalhadora, os partidos, os sindicatos e o parlamento precisam reestruturar-se para responder às exigências dessa nova fase histórica, a qual vem demandando “importantes ajustes estratégicos e correspondentes mudanças institucionais e organizacionais radicais em todas as áreas e por todo o espectro do movimento socialista”.

Tais mudanças, como vimos, exigem a reorientação substancial das organizações e dos instrumentos de luta do movimento de ação socialista, tanto no que se refere à estrutura, quanto às suas táticas e estratégias. E, segundo Mészáros, esse é um dos principais problemas que deve ser enfrentado pelo movimento do trabalho nessa nova fase histórica.

Como enfatizamos ao longo do texto, a crise estrutural do capital tem limitado consideravelmente as possibilidades da ação defensiva do trabalho, pois vem retirando conquistas históricas obtidas pelo movimento da classe trabalhadora na fase expansiva do sistema capitalista. Além disso, outra expressão dessa crise é o aumento das leis repressivas impostas pelas políticas parlamentares sobre os trabalhadores. Mészáros assinala que estes são problemas que têm colocado em questão a continuidade das formas e instrumentos de ação do movimento socialista,

pois, como vimos, dada a sua constituição interna, não poderão servir para auxiliar os trabalhadores na luta contra o poder material e político do capital.

O autor enfatiza ainda que a organização de um movimento extraparlamentar do trabalho constitui uma das exigências dessa renovação dos instrumentos de ação socialista nessa nova fase histórica. A construção desse movimento deve servir para auxiliar o trabalho na luta pela construção da alternativa socialista. Para Mészáros, as possibilidades objetivas da ofensiva socialista são inerentes à crise estrutural do capital, no entanto, para transformar essa possibilidade em realidade, o trabalho precisa reestruturar fundamentalmente tanto os seus instrumentos, como a sua forma de luta. Nesse momento em que o agravamento da crise estrutural do capital vem provocando sérios problemas à manutenção da ordem sociometabólica vigente,

ou a riqueza, sob a forma do capital, continua a comandar a sociedade humana, levando-a aos limites da autodestruição, ou a sociedade de produtores associados aprende a comandar a riqueza alienada e reificada usando os poderes produtivos resultantes do trabalho social autodeterminado de seus membros individuais. (Mészáros, 2002, p.856).

Os problemas que vêm sendo postos pela crise estrutural colocam desafios à própria dominação do sistema do capital e à sobrevivência da humanidade. É por isso que Mészáros enfatiza a importância de o movimento socialista, nesse momento, reordenar toda a sua estrutura institucional, bem como os seus instrumentos e formas de luta, ou seja, adequar as suas formas de luta às novas condições objetivas para que eles possam servir de mediação na guerra contra o poder econômico e político do capital.

CONCLUSÃO

O estudo que Mézáros apresenta no capítulo XVIII do seu *Para Além do Capital* e cujas teses principais procuramos desenvolver ao longo do texto, é fundamental para entendermos o fracasso do movimento revolucionário no século XX.

A explicação dada por Mézáros para a crise da esquerda atual difere da de alguns teóricos como Claudín (1985), encontrada em seu livro “A Crise do Movimento Comunista”⁴⁸, e Loureiro (2005)⁴⁹, sintetizada no livro “A Revolução Alemã (1918-1923)”. Para o primeiro, a derrota da revolução deve ser explicada não pelas condições objetivas que tornaram impossível, na primeira metade do século XX, a transição ao socialismo, mas sim pelos equívocos teóricos, políticos e organizacionais que se cristalizaram ao redor da III Internacional. Ele associa o estudo das causas da crise do movimento comunista à análise da dissolução dessa Internacional, chamando atenção para as nefastas políticas de alianças com os líderes de alguns dos principais países desenvolvidos (EUA e Inglaterra), mantidas por Stálin nesse período e que acabaram conduzindo o movimento revolucionário para os limites da democracia burguesa. Segundo Claudín, uma das principais exigências desses representantes foi o arrefecimento do movimento revolucionário.

Claudín (1985, p.59) afirma que uma das principais causas da derrota da revolução proletária na Europa, no primeiro pós-guerra, foi o fato de a “maioria da classe operária europeia, inclusive onde a crise mais avançou – como na Alemanha –, segui[r] as organizações políticas e sindicais tradicionais e não o novo partido revolucionário”, ou seja, o partido comunista. Além disso, o autor reconhece que o

⁴⁸ Nesse livro, Claudín faz um longo estudo sobre o fracasso da Internacional Comunista ou Terceira Internacional em sustentar as conquistas alcançadas pela Revolução Russa de 1917. Para ele, a análise das causas da dissolução da III Internacional é fundamental para entendermos a crise geral do movimento comunista.

⁴⁹ Isabel Loureiro escreveu o melhor texto em português sobre a Revolução Alemanha (1918-1923). Ela relaciona as causas da eclosão do processo revolucionário desse período à insatisfação dos trabalhadores ao agravamento das condições econômicas, políticas e sociais provocado pela participação do país na Primeira Guerra Mundial. A autora enfatiza as diferenças fundamentais entre os principais partidos e grupos políticos envolvidos no processo revolucionário, inclusive o fato de o Partido Socialdemocrata Alemão (SPD) ter contribuído para reprimir e aniquilar as forças de extrema esquerda que estavam a favor da revolução, como foi o exemplo da Liga Spartakus, que teve os líderes mais importantes como Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Leo Jogiches, assassinados no início de 1919.

atraso histórico da Rússia, isto é, o baixo desenvolvimento das forças produtivas em comparação com os países desenvolvidos⁵⁰, e o fato de a Revolução Russa ter permanecido no plano nacional⁵¹, foram fatores que impossibilitaram a transição para o socialismo. No entanto, apesar de Claudín, em várias passagens do seu livro assinalar o peso das “condições objetivas”, ele não chega a concluir que foram tais condições, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo na primeira metade do século XX, a razão fundamental das derrotas revolucionárias. Desse modo, a sua análise fica ambígua: se a direção política de Stálin tivesse sido substituída por outra, a tragédia soviética poderia ter sido evitada? Será que uma direção revolucionária, não stalinista, encontraria uma via para o socialismo mesmo naquelas condições objetivas da Rússia?

Para Loureiro, a questão está no desrespeito à autonomia do movimento operário: os líderes socialdemocratas e, de certo modo, também os dirigentes comunistas, principalmente a partir de 1921, teriam substituído os trabalhadores na liderança do processo revolucionário. A derrota da socialdemocracia aconteceu porque os dirigentes da classe trabalhadora não quiseram aproveitar as oportunidades postas pelo processo revolucionário da Alemanha na primeira metade do século XX, como, por exemplo, a instituição de um sistema político que sustentava a conciliação entre o poder dos conselhos e o do Parlamento. Essa experiência, segundo a autora, teria colocado “a possibilidade de democratizar radicalmente a administração, a economia e a política” (Loureiro, 2005, p.85), no entanto, os socialdemocratas majoritários usaram todas as estratégias e medidas necessárias para impedir que isso acontecesse. De acordo com Loureiro, eles rejeitavam qualquer reforma estrutural (proposta pelos independentes), mesmo que fossem apenas intervenções de caráter preventivo nas estruturas sociais e políticas do país.

De acordo com Loureiro (2005, p.68), essas intervenções “teriam sido apropriadas a curto, médio e longo prazo para dar uma base social mais forte à

⁵⁰ Segundo Mészáros (2002), Lênin tinha consciência desse atraso, por isso afirmava que a vitória da revolução russa dependia do sucesso da vitória da revolução no Ocidente.

⁵¹ Conforme pontua Claudín (1985:300), a tese de Marx de que o socialismo “só pode embasar-se nas forças produtivas mais avançadas – mundiais, por natureza –, na economia mundial, na divisão mundial do trabalho” foi posta totalmente de lado com a tese de Stálin da construção do socialismo integral na URSS. A defesa dessa tese determinava que qualquer outro objetivo da luta revolucionária deveria ser subordinado à construção do socialismo integral na URSS.

democracia parlamentar que eles defendiam”. A tese da autora é que, diferentemente dos comunistas que queriam exigir da revolução alemã o que ela não podia oferecer – a revolução socialista, e dos socialdemocratas que procuravam, de todas as formas, direcionar o movimento revolucionário para a defesa da democracia burguesa, o Partido Socialdemocrata Alemão Independente da Baviera propunha a instituição de um sistema de parceria entre o poder dos conselhos e do parlamento que correspondia às reais possibilidades da Alemanha naquela primeira metade do século XX. Contudo, o que Loureiro não explica é por que predominaram, no curso da revolução alemã, as concepções políticas que ela julgou equivocadas? Quais as bases materiais que explicam a predominância das concepções socialdemocratas “traidoras” naquele período?

O enfrentamento desse problema numa perspectiva que dá o devido peso às determinações objetivas do sistema do capital na sua investigação sobre a articulação reformista do movimento do trabalho foi realizado por Mészáros (2002), no capítulo XVIII do seu *Para Além do Capital*. Sua interpretação sobre a derrota da socialdemocracia e do movimento comunista é completamente distinta tanto da concepção de Claudín, quanto da de Loureiro. Como já assinalamos no texto, para Mészáros (2002, p.853), a vitória da estratégia reformista no movimento “não foi de modo algum acidental ou a consequência de aberrações pessoais contingentes ou, ainda, de traições burocráticas”, mas sim o resultado da subordinação desse movimento aos limites da esfera política parlamentar e da sua acomodação à disjunção estrutural entre economia e política, tão peculiar à ordem sociometabólica do capital.

Para o autor, portanto, as causas da derrota da esquerda histórica são entendidas não como traições ou falhas pessoais dos representantes parlamentares do trabalho, mas analisadas do ponto de vista das determinações objetivas do sistema do capital que impedem que o movimento do trabalho leve adiante a proposta de instituir o socialismo por meio de reformas graduais no sistema sociometabólico vigente.

Conforme observa Mészáros, o fato de o capital ser um sistema sociometabólico incontrollável significa: 1) que ele não pode ser reformado segundo os reais interesses dos trabalhadores; 2) que o seu domínio sobre a ordem sociorreprodutiva é indivisível, ou seja, o capital não pode compartilhar o seu poder

com forças que pretendam transcendê-lo, seja num curto ou num longo prazo; 3) como o trabalho não está no controle sociorreprodutivo, suas formas de representação “não podem alterar as determinações estruturais e extraparlamentares” (p.838) do sistema do capital e 4) por isso, no parlamento, é negada ao trabalho sequer a possibilidade de questionar a “permanência da posição material do capital” (p.836). Daí a razão pela qual o trabalho – o antagonista histórico do capital – não pode ser representado no parlamento e está impedido de realizar suas reivindicações emancipatórias no seu interior.

A situação do capital é totalmente oposta ao do trabalho. Ele não precisa de representação porque já está no controle do sistema sociometabólico vigente, inclusive no controle efetivo, extraparlamentar, da sua estrutura de comando político, o Estado. Entretanto, o fato de ele não precisar ser representado no parlamento não quer dizer que não dependa desse espaço para assegurar a preservação da sua força de controle sociometabólica. Pelo contrário, a política parlamentar, por um lado, “legítima e impõe as regras da ‘legalidade constitucional’ sobre o trabalho” e, por outro, proporciona o equilíbrio, mesmo que temporário, entre os diversos componentes particulares do capital (Mészáros, 2002, p.838).

Esse equilíbrio é necessário porque, de acordo com Mészáros, o capital é composto de elementos incorrigivelmente centrífugos, que estão em constante conflito entre si. É, pois, para manter a força centrífuga sob controle que a atuação do Estado se mostra fundamental, principalmente ao atuar como estrutura totalizadora de comando político. E é por isso que o Estado constitui um componente material indispensável para a reprodução da ordem sociometabólica⁵².

Dadas as características da política parlamentar e sua contribuição fundamental para assegurar a permanência da ordem sociorreprodutiva vigente, de nenhum modo o capital possibilitará, como sugere Loureiro (2005), a harmonia entre conselhos e parlamento, ou ainda, de se realizar reformas estruturais e democratizar

⁵² Como enfatiza Luxemburgo (1990, p.50), “o atual Estado não é uma ‘sociedade’ no sentido de ‘classe obreira ascendente’, mas o representante da sociedade capitalista, quer dizer, um Estado classista. Eis porque a reforma por ele proposta não constitui aplicação do ‘controle social’, isto é, do controle da sociedade de trabalhadores livres sobre seu próprio processo de trabalho, mas um controle da organização da classe do capital sobre os processos de produção do capital. Aliás, as reformas chocam-se com os limites dos interesses do capital”.

radicalmente a economia e a política segundo os interesses da classe trabalhadora. Pelo contrário, como o interesse vital do trabalho é a transformação da ordem sociometabólica estabelecida, seus interesses emancipatórios devem ser completamente anulados na esfera política parlamentar. É por isso que, para Mészáros, aceitar, como sugere Loureiro, o parlamento como “a única estrutura legítima de ação” só poderia ter conduzido à derrota da esquerda histórica nas primeiras sete décadas do século XX.

O projeto de reforma gradual da socialdemocracia, na realidade, desconsiderava uma determinação essencial do funcionamento da ordem sociorreprodutiva vigente, a de que participar do parlamento exige, independentemente da vontade dos seus membros, a aceitação das “regras internas do jogo parlamentar” (Mészáros, 2002, p.824). São essas regras que, segundo nosso autor, determina, *a priori*, a favor dos interesses do capital “o que pode e o que não pode ser ‘racionalmente disputado e contestado’”, seja no espaço político, seja “em relação à viabilidade de questionar e desafiar a estrutura estabelecida do processo de reprodução social” (2002, p.835).

Sendo assim, por mais que se esforçasse para atingir o seu objetivo, a socialdemocracia não poderia realizar a sua proposta de reforma gradual via parlamento. Marx (1997:54) já havia chamado atenção para os objetivos limitados da socialdemocracia quando, ao analisar as revoluções de 1848, no seu livro “O 18 Brumário”, assinalou que, ao se transferir a luta do movimento do trabalho para a obtenção de reformas graduais no sistema capitalista, o resultado não pode ser outro senão o aniquilamento do conteúdo “revolucionário das reivindicações sociais do proletariado”. Para o autor,

o caráter peculiar da socialdemocracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia (Marx, 1997, p. 54-5).

Sustentar essa possibilidade significa, para Mészáros, aceitar acriticamente os “*incorrigíveis limites estruturais do sistema*”. E foi isso o que fez o movimento do

trabalho ao adotar a estratégia reformista. A principal consequência da subordinação do movimento do trabalho aos limites impostos pela esfera política parlamentar foi a divisão desse movimento em “braço político” e “braço sindical”, ou seja, a cisão entre a luta política e a luta sindical. Essa cisão contribuiu decisivamente para que as determinações objetivas do capital fossem não só aceitas, mas também internalizadas pelos trabalhadores.

Conforme observa Mézáros, uma das principais consequências da divisão entre a luta política e a luta econômica no movimento do trabalho foi o desvio da luta pela transformação da ordem sociometabólica. Com isso, a luta do movimento se restringiu à obtenção de melhorias parciais e limitadas dentro dos limites das reformas permitidas pelo sistema vigente, e ainda assim restrita às fases de expansão dinâmica do capital.

Rosa Luxemburgo afirmava profeticamente, em 1899, em seu livro *Reforma Social ou Revolução?* que, em períodos de crise do sistema capitalista, o movimento sindical tende a enfrentar sérias dificuldades, principalmente porque, nesses momentos, “as reformas chocam-se (...) com os limites dos interesses do capital”. Analisando as tendências do desenvolvimento capitalista, a autora afirmava, naquela época, que, quando o progresso da indústria tiver chegado ao seu limite e a economia capitalista iniciar sua fase descendente, a luta sindical terá problemas para se sustentar. Isso porque, em primeiro lugar, “as conjunturas objetivas do mercado serão desfavoráveis à força de trabalho, a procura da força de trabalho aumentará mais lentamente e a oferta mais rapidamente” (Luxemburgo, 1990, p.49) e, em segundo lugar, “porque o próprio capital, para se compensar das perdas sofridas no mercado mundial, se esforçará por reduzir a parte do produto pertencente aos operários”.

Ora, o que Luxemburgo havia assinalado como tendência se manifestou explicitamente na nossa época. Nessa nova fase histórica, iniciada com a crise estrutural, não é só a luta sindical que tem encontrado dificuldades para se manter, mas toda a luta do movimento do trabalho que tem como meta principal introduzir reformas no sistema vigente com a finalidade de melhorar a condição de existência da classe trabalhadora, ou seja, defender-se contra os efeitos da exploração do capital, que vem enfrentando sérios problemas para se sustentar. Isso acontece porque, como Mézáros ressalta em várias passagens do capítulo XVIII do *Para*

Além do Capital, uma das tendências do agravamento da crise estrutural é ir retirando gradativamente aquelas conquistas defensivas, parciais, que foram permitidas pelo desenvolvimento expansionista do capital, e isso tem limitado consideravelmente as possibilidades de ação defensiva do trabalho.

Advém, portanto, do fato de o capital ainda não ter adentrado em sua crise estrutural, a explicação última das derrotas revolucionárias do século XX. Segundo Mészáros, a principal consequência da implementação da estratégia reformista foi o arrefecimento do movimento revolucionário. Este foi decisivo para que o capital superasse a “Grande Crise Econômica” de 1929-33, sem ter que enfrentar nenhum movimento revolucionário importante, ou seja, que colocasse em xeque a sua dominação econômica e política. Mas esse arrefecimento da luta revolucionária não foi um fenômeno limitado àquele período de crise; ele permaneceu durante toda a fase expansiva do capital (1945-1970), que serviu de base para a estruturação e desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social e das Estratégias de Pleno Emprego, os quais foram essenciais para a sustentação das conquistas defensivas do trabalho.

Quando a crise estrutural irrompe no início dos anos 1970, provocando o bloqueio da expansão dinâmica do capital e o colapso do Estado de Bem-Estar Social e das Estratégias de Pleno Emprego, tornou-se inevitável o esgotamento da fase das conquistas defensivas. De acordo com Mészáros, a crise estrutural se constitui, ao mesmo tempo, numa crise global da política. Mas não se esgota na política; ela reverbera por toda a estrutura da sociedade, desde a esfera produtiva e política até o conjunto das demais relações sociais. Como atinge a totalidade do sistema do capital e exige uma intervenção na estrutura global da ordem sociometabólica, essa crise desafia a própria existência do sistema socio-reprodutivo vigente. É principalmente essa característica da crise que põe a necessidade de se instituir uma ordem sociometabólica radicalmente diferente da ordem socio-reprodutiva do capital.

Nesse sentido, Mészáros afirma que as potencialidades objetivas da ofensiva socialista, ou seja, da alternativa socialista, são inerentes à crise estrutural. No entanto, ressalta o autor, para transformar essa potencialidade em realidade, o movimento socialista precisa reestruturar as suas organizações e instrumentos de

luta, reordená-los para que sirvam como mediação na luta contra o domínio econômico e político do capital.

O autor ainda que, para desafiar esse poder do capital, o trabalho precisa não apenas superar a divisão entre o “braço sindical” e “braço político”, isto é, a disjunção entre economia e política, mas também contrapor ao domínio efetivo do capital sobre a ordem sociometabólica um movimento extraparlamentar que seja a força condicionante das estratégias e táticas do movimento de ação socialista.

No entanto, deve-se ressaltar que, como nos lembra Luxemburgo (1990, p.66),

o socialismo não sucede automaticamente e em todas as circunstâncias da luta cotidiana da classe operária. Surgirá da agudização das contradições internas da economia capitalista e da conscientização da classe operária, que compreenderá a necessidade de as destruir por intermédio de uma revolução social.

De acordo com Lukács (1986), Lênin também chamou atenção para essa questão ao enfatizar que

a revolução não nasce de todas as situações revolucionárias, mas somente daquelas situações nas quais, às transformações objetivas (...), se agrega uma transformação subjetiva, ou seja, a capacidade da classe revolucionária de realizar ações revolucionárias de massa suficientemente fortes para poder despedaçar (ou ao menos fender) o velho governo, o qual num período de crise, não ‘cairá’ jamais se não se o ‘fizer cair’ (Lênin *apud* Lukács, 1986 p.69).

Essas observações assinalam que, tal como ressaltou Mészáros em algumas passagens do capítulo XVIII do seu *Para Além do Capital*, uma virada espontânea do movimento do trabalho só será possível quando se esgotarem as opções de ajuste da crise efetivadas pelo capital. No entanto, mesmo que a crise se aprofunde e potencialize o agravamento das condições objetivas, o comando do capital sobre a ordem sociometabólica, como enfatiza Lênin na citação acima, “não ‘cairá’ jamais se não se ‘fizer cair’”. Portanto, para desafiar o poder econômico e político do capital nessa nova época histórica, o movimento de ação socialista precisa reestruturar completamente as suas formas e instrumentos de luta.

Como pudemos perceber, Mézáros (2002) faz, no capítulo XVIII do seu *Para Além do Capital*, uma análise da trajetória do movimento de ação socialista durante o século XX, ressaltando os seus problemas e dificuldades, bem como identificando as determinações objetivas do capital que impossibilitam a realização do projeto de reforma gradual da socialdemocracia. Daí a crítica da política, em especial do parlamento, ser tão importante para ele.

Como vimos ao longo do texto, o autor não menciona estratégias nem táticas a serem seguidas pela classe trabalhadora, mas faz um resgate histórico acerca dos erros e entraves que precisam ser superados pelo movimento de ação socialista na sua luta contra o capital nessa fase de atualidade histórica da ofensiva socialista. Para ele, as mediações necessárias à transição socialista devem estar relacionadas quer seja ao objetivo dessa luta, que é desafiar o poder material e político do capital, quer seja à forma de ação extraparlamentar do trabalho imprescindível à concretização desse objetivo.

Hoje, em tempos de nítido agravamento da crise estrutural do capital, conhecer os limites da ação defensiva do trabalho assume uma relevância central para o movimento socialista. Ao contrário de outras análises, que, ao se deterem ao estudo da crise atual, propõem como solução para ela o retorno ao “Estado de Direito”, a análise sobre a crise estrutural do capital feita por Mézáros, principalmente no capítulo XVIII do *Para Além do Capital*, aponta para a inviabilidade dessa proposta, uma vez que uma das principais manifestações dessa crise é o esgotamento da fase das conquistas defensivas permitidas pelo desenvolvimento capitalista durante a sua fase expansionista, o que trouxe à tona o colapso das Estratégias de Pleno Emprego e do Estado de Bem-Estar Social.

Nesse sentido, diferentemente dos autores que afirmam a necessidade de lutar por conquistas e reformas que não poderão mais ser acopladas à lógica do capital, nessa fase de crise estrutural do capital, Mézáros (2002) afirma que a única saída para essa crise é se livrar por completo do capital. O autor relaciona o estudo da crise estrutural à análise sobre a atualidade da ofensiva socialista e enfatiza a necessidade de as instituições e instrumentos de luta do movimento se reorganizar para responder às novas condições objetivas, ou seja, a necessidade de eles serem reorientados segundo os objetivos da revolução socialista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLAUDÍN, Fernando. **A Crise do Movimento Comunista**. São Paulo, Global, 1985. Tradução de José Paulo Netto.

LÊNIN, V.I. **O Estado e a Revolução: a doutrina marxista de Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. São Paulo, Global, (s/d).

LESSA, Sergio. **A Emancipação Política e a Defesa de Direitos**. 2007. Disponível em www.sergiolessa.com Acesso: dez. 2009.

_____. **Tudo ou nada: Para Além do Capital de I. Mészáros**. 1999. Disponível em www.sergiolessa.com Acesso: jan. 2010.

LOUREIRO, Isabel. **A Revolução Alemã (1918-1923)**. São Paulo, UNESP, 2005.

LUKÁCS, Georg. **II Problema dell' ideologia**. Seção 3 do volume II de **Per l'ontologia dell' essere sociale**. Tradução para o português de Ester Vaisman, 1986 (Mimeo).

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Social ou Revolução?** São Paulo, Global Editora, 1990.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães.

_____. **O Capital. Para uma Crítica da Economia Política**. Volume I, Tomo 2, São Paulo, Abril Cultural, 1984. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

_____. **A Guerra Civil em França**. Lisboa, Avante, 1983.

MÉSZÁROS, István. **Beyond Capital: towards a theory of transition**. London, Merlin Press, 1995.

_____. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo, Boitempo, 2002. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa.

_____. **O Poder da Ideologia**, São Paulo, Boitempo, 2004. Tradução de Paulo Cezar Castanheira.

PANIAGO, Maria Cristina S. **Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital**. Maceió, Edufal, 2007.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova Questão Social”? Raízes Materiais e Humanosociais do Pauperismo de Ontem e de Hoje**. Maceió, Edufal, 2007.

TONET, IVO. **Crise Atual e Alternativa Socialista**. 2009. Disponível no site: www.ivotonet.xpq.com.br Acesso: set. 2009.